

Quem disse ?

«Não teria havido um Gorbachov sem o ano de 1980 na Polónia.»

Lech Walesa

Público, 6 de Março

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1010 11 MARÇO 1999 100\$ - 0,5 €

ACÇÃO SOCIALISTA

Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Porto, sede da Federação
15 a 28 Março

Guterres na Suécia e Dinamarca

Ofensiva diplomática na Escandinávia

Antes do início da cimeira extraordinária de Berlim, a 24 e 25 deste mês, na qual a presidência alemã da União Europeia tenciona fechar o acordo sobre a Agenda 2000, o primeiro-ministro português desloca-se à Suécia e à Dinamarca nos dias 16 e 17.

António Guterres terá encontros com os seus homólogos chefes de Governo Goran Pearson (Suécia) e Poul Rasmussen (Dinamarca), ambos sociais-democratas e cujos partidos estão filiados no Partido Socialista Europeu (PSE).

A viagem de António Guterres aos dois países escandinavos foi preparada no Congresso do PSE em Milão, no início do corrente mês, e destina-se a explicar a posição portuguesa em termos de negociações sobre as perspectivas financeiras da União Europeia no período entre 2000 e 2006.

Tanto suecos, como dinamarqueses, têm levantado alguns obstáculos em relação às posições portuguesas no domínio da Agenda 2000. O chefe do Governo português tentará flexibilizar a posição de ambos os países durante a cimeira extraordinária de Berlim – isto, após o primeiro-ministro germânico, Gerhard Schroeder, já ter garantido a António Guterres que iria tentar levar em linha de conta os objectivos de Portugal, que têm sempre sido apresentados numa lógica de construção europeia e não por motivos ligados a egoísmos nacionais.

Após as deslocações à Suécia e à Dinamarca, o primeiro-ministro parte dia 30 em visita oficial para a República Checa e Bulgária. Os temas das conversações incidirão sobre o alargamento da União Europeia, a cooperação com os países do Leste e as relações bilaterais nos domínios da cultura, política e economia.

Entretanto, em Madrid, na passada segunda-feira, o ex-Presidente da República Mário Soares advertiu para o «perigo de realizar o alargamento sem antes levar a cabo uma reestruturação» da União Europeia. Mário Soares reconheceu que o alargamento é «necessário e inevitável», e lembrou a «obrigação moral e o dever de ajudar os países candidatos, mas não se pode fazer de modo inconsciente».

O ex-Presidente interveio na conferência sobre a «União Europeia e a Agenda 2000 com o desafio do alargamento», organizada pelo semanário britânico *The Economist*, em que participam alguns ex-governantes e actuais dirigentes europeus, entre eles o ex-presidente da Comissão, Jacques Delors, e o ex-ministro de Assuntos Exteriores alemão, Hans Dietrich Genscher.

QUARTO ANIVERSÁRIO DO CONTRATO DE LEGISLATURA GOVERNAR PORTUGAL ATÉ 2003

O PS assinala hoje, durante uma sessão política na FIL, em Lisboa, o quarto aniversário da assinatura do contrato de legislatura. Um contrato que foi celebrado com os socialistas por dezenas de cidadãos independentes de reconhecidos méritos intelectuais e científicos, e cujo programa político, no âmbito dos «Estados Gerais — Por uma Nova Maioria», foi quase integralmente cumprido pelo Governo liderado por António Guterres. Agora, o PS volta a reunir-se com independentes que fazem parte do projecto da «Nova Maioria», tendo como objectivo fazer um balanço crítico daquilo que se fez na presente legislatura e daquilo que importa planear para os primeiros anos do século XXI. Responder e regular a globalização, requalificar a vida urbana, aprofundar a qualidade da democracia e o impacto da sociedade do conhecimento na inovação serão os quatro grandes desafios dos socialistas para a próxima legislatura.



Sociedade & País

Governo

Fiscalização das lotas Saúde pública garantida



«A garantia da qualidade dos produtos alimentares em geral e, do pescado em particular, visando a salvaguarda da saúde pública, está, no essencial assegurada, constituindo a sua melhoria uma das prioridades deste Governo».

Este foi o esclarecimento que a Secretária de Estado de Modernização Agrícola e da Qualidade Alimentar tornou público, no dia 8, em nota dirigida à Imprensa.

Ferro Rodrigues anuncia Melhorias acentuadas na protecção aos desempregados



O Governo do PS aprovou no dia 4 um decreto-lei que institui um novo regime que reforça a protecção aos desempregados, em particular aqueles com mais de 45 anos, e permite ainda a acumulação do subsídio de desemprego com o salário de trabalho a tempo parcial, anunciou o ministro Ferro Rodrigues.



Governo reforça política social

Um novo diploma, proposto por Ferro Rodrigues e aprovado no último Conselho de Ministros, vem reforçar a protecção aos desempregados com mais de 45 anos. Esta medida visa, entre outros aspectos, contribuir para uma maior integração no mercado de trabalho de uma faixa etária que reúne um elevado índice de dificuldade em regressar à vida activa.

Ao permitir aos desempregados com mais de 45 anos a acumulação do subsídio de desemprego com o salário de trabalho a tempo parcial, este novo diploma vem ainda, no grupo etário a partir dos 50 anos, introduzir disposições que corrigem lacunas actualmente existentes, as quais têm tido como consequência deixar vários anos sem qualquer protecção social os beneficiários com carreiras contributivas longas, quando esgotam os períodos de concessão das prestações do desemprego sem conseguir um novo emprego.

Esta nova medida insere-se num já vasto leque de iniciativas de âmbito social que o ministério tutelado por Ferro Rodrigues tem levado a efeito na presente legislatura.

Recorde-se que o elevado montante de dívidas à Segurança Social, uma pesada herança dos governos cavaquistas, está hoje muito mais esbatida, afastando-se completamente a visão catastrófica agitada pela direita da falência iminente da Segurança Social. A conhecida «Lei Mateus» obteve, neste aspecto, um resultado francamente positivo ao conseguir um aumento substancial das receitas da Segurança Social e ao permitir a adopção de uma lógica de funcionamento completamente diferente. Houve uma substancial mudança e um investimento político e social do primeiro-ministro, António Guterres, nesta questão, o que permite termos hoje uma Segurança Social mais eficaz na protecção social dos mais desfavorecidos.

Com as iniciativas implementadas, a Lei de Bases é actualmente cumprida, o que veio a permitir recuperar uma capacidade de cobrança que durante anos esteve ausente. Actualmente, apenas uma «minoría muito minoritária» dos portugueses não cumpre as suas obrigações para com a Segurança Social, o que não pode deixar de continuar a preocupar o Governo. Até porque os crimes contra a Segurança Social «geram injustiça social, concorrência desleal e põem em causa a coesão social».



REAGAN E THATCHER LANÇAM MILHÕES NA MISÉRIA

Aproximava-se mais um Congresso do PS. Nas páginas do «Acção Socialista» havia um «boom» de artigos de opinião. Soaristas e camaradas do Secretariado expunham os seus pontos de vista divergentes. O debate interno era profundo neste partido que dava e dá lições de democracia interna às outras forças políticas.

Na página internacional Guy Perrimond, articulista do semanário «L'Unité», analisa o plano de Ronald Reagan recém-chegado à Casa Branca.

O plano ultraliberal, inspirado nas teses dos «Chicago boys», anunciado com pompa e circunstância, viria a gravar as desigualdades nos EUA.

O plano de Reagan lançaria milhões de norte-americanos na mais completa miséria, enquanto uma ultraminoria de ricos veriam as suas fortunas aumentar de uma forma obscena.

O sonho americano transformava-se num pesadelo para milhões. O endeusamento da economia de mercado estava em marcha. No outro lado do Atlântico, a sra. Thatcher aplicava a mesma receita. Milhares de súbditos de Sua Majestade passavam a dormir nas ruas e no metro de Londres.

«Para resumir a nova política económica

do presidente dos Estados Unidos, chega-se sempre aos dois «slogans»: "Mais canhões do que manteiga" e "Enriqueceivos", escrevia Guy Perrimond. J. C. C. B.

19 de Março

Quem disse?

«Graças ao plano económico de Reagan, os mais fortes terão as mãos um pouco mais livres para explorar os mais fracos.»

Guy Perrimond



Cultura

Criação literária com 12 bolsas

O Ministério da Cultura vai atribuir este ano 12 bolsas de criação literária, após proposta nesse sentido apresentada por um júri nomeado para o efeito, anunciou, no dia 8, o gabinete do ministro Manuel Maria Carrilho.

De um total de 202 «projectos elegíveis», o Ministério da Cultura atribuiu bolsas - onze de um ano e uma de oito meses - às áreas da narrativa, poesia, dramaturgia e, «excepcionalmente no presente ano», a criadores de banda desenhada.

Na área da narrativa, os contemplados são Ascêncio Gomes de Freitas, Dulce Venâncio Cardoso, Judite Jorge, Maria

Helena Neto Coelho, Paulo Pinto Moreiras e Paulo Miranda Correia.

Para projectos de poesia, as bolsas foram atribuídas a Paulo Silva Ramalho, Mário Máximo dos Santos e Fernando Sousa Fabião. João Santos Lopes foi eleito na área da dramaturgia, enquanto Maria José Fidalgo de Oliveira viu ser-lhe atribuída uma bolsa para as áreas de dramaturgia e poesia. A bolsa destinada a banda desenhada coube a Filipe Abranches Martins.

O júri do concurso foi constituído por Eugénia Vasques, Helena Buescu, Maria Lúcia Lepecki, Teolinda Gersão, João Rui de Sousa e João Paulo Cotrim.

25 de Abril

Ex-presos políticos voltam a Peniche

O Presidente da República, Jorge Sampaio, convidou todos os últimos presos políticos em Peniche, à data da revolução de 25 de Abril de 1974, para o acompanharem numa

visita ao forte, que decorrerá amanhã, dia 12. Esta iniciativa insere-se no âmbito das comemorações das bodas de prata da Revolução dos Cravos.

Rede de Apoio Domiciliário no Alentejo

O programa-piloto «Rede de Apoio Domiciliário» é mais uma iniciativa de largo alcance social do Governo socialista.

Para apresentar esta iniciativa, o secretário de Estado do Emprego e Formação, Paulo Pedroso, deslocou-se no passado dia 9 de Março ao Centro Social Paroquial da Sagrada Família, em Évora.

Este projecto visa a implementação de uma

rede de prestadores de serviços à colectividade para apoio domiciliário a indivíduos idosos ou portadores de deficiência, no âmbito do Plano Regional de Emprego para o Alentejo.

Ao fim da tarde do dia 9, Paulo Pedroso visitou a Caritas, uma instituição com um papel de relevo no apoio a idosos, crianças e toxicodependentes.

Macau: transferência concertada

As delegações oficiais da China e de Portugal vão estar presentes nas cerimónias que os dois países vão realizar de transferência de soberania de Macau para a China, a 20 de Dezembro.

Embora não haja ainda confirmação oficial, os presidentes da China, Jian Zemin, e de Portugal, Jorge Sampaio, irão a Macau para a transferência.

De salientar que, ao contrário do que aconteceu em Hong Kong, as autoridades portuguesas e chinesas participam nos actos da outra parte.

Em Macau as cerimónias de transferência de soberania serão constituídas por uma sequência de três actos: antes da meia-noite do dia 19 de Dezembro, a cerimónia de despedida portuguesa; às zero horas do dia 20, a cerimónia mista da transferência; e, depois, a cerimónia chinesa de assunção de soberania.



Comissão Nacional reúne sábado no Altis

A Comissão Nacional do PS reúne sábado, dia 13, às 11 horas, no Hotel Altis, em Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos: apresentação, discussão e votação das moções sectoriais apresentadas ao XI Congresso Nacional do PS e análise da situação política.

CONTRATO DE LEGISLATURA **Quarto aniversário**

CONVENÇÃO DA NOVA MAIORIA — GOVERNAR PORTUGAL ATÉ 2003

O PS assinala hoje, durante uma sessão política na FIL, em Lisboa, o quarto aniversário da assinatura do contrato de legislatura. Um contrato que foi celebrado com os socialistas por dezenas de cidadãos independentes de reconhecidos méritos intelectuais e científicos, e cujo programa político, no âmbito dos «Estados Gerais — Por uma Nova Maioria», foi quase integralmente cumprido pelo Governo liderado por António Guterres. Agora, o PS volta a reunir-se com independentes que fazem parte do projecto da «Nova Maioria», tendo como objectivo fazer um balanço crítico daquilo que se fez na presente legislatura e daquilo que importa planear para os primeiros anos do século XXI. Responder e regular a globalização, requalificar a vida urbana, aprofundar a qualidade da democracia e o impacto da sociedade do conhecimento na inovação serão os quatro grandes desafios dos socialistas para a próxima legislatura.



A decisão do PS em reeditar os «Estados Gerais — Por uma nova maioria» foi anunciada pelo porta-voz da Comissão Permanente do partido, António Vitorino, em conferência de Imprensa, na semana passada. Na segunda edição dos Estados Gerais, de acordo com o dirigente socialista, estão previstas quatro grandes sessões de debate, envolvendo militantes e cidadãos independentes de todo o País, que culminarão numa convenção nacional, a 26 de Junho próximo — portanto, depois das eleições europeias e a pouco mais de três meses do combate das eleições legislativas. O projecto da reedição dos «Estados Gerais - Por uma nova maioria», segundo o camarada António Vitorino, foi concebido pelo próprio secretário-geral do partido, António Guterres, tendo sido apresentado após a segunda reunião do Secretariado Nacional do PS.

Tendo como objectivo a recolha de contributos para renovar a confiança dos portugueses para o século XXI, as iniciativas programadas pelo PS terão início hoje, numa sessão evocativa do quarto aniversário da assinatura do contrato de legislatura, que resultou dos «Estados Gerais — Por uma Nova Maioria» de 1995. A sessão de hoje voltará a ser presidida pelo ex-reitor da Universidade de Coimbra, Rui Alarcão, e contará com a participação de Vasco Vieira de Almeida, do presidente da Câmara Municipal de Cascais, José Luís Judas, e do ex-líder do PS, Victor Constâncio. A sessão de encerramento estará a cargo do camarada António

Guterres.

De acordo com o calendário aprovado na reunião do Secretariado Nacional do PS, em Abril começam as quatro grandes sessões de debate, subordinadas ao tema «Vencer o atraso cultural, ganhar a modernidade».

A primeira das sessões realiza-se a 4 de Abril próximo e tem como tema a globalização e a construção europeia nesse contexto. Este primeiro debate será seguido de outra iniciativa, a 16 de Maio, sobre a qualificação da vida urbana e requalificação ambiental. Já a terceira iniciativa, a 22 de Maio, terá como tema de discussão e análise o impacto da sociedade do conhecimento na inovação, sendo a última sessão, a 29 de Maio, dedicada à questão da qualidade da democracia e a cidadania activa.

Destas sessões de debate resultará uma síntese a cargo de dois relatores, que será depois o ponto de partida para a Convenção da Nova Maioria, a 26 de Junho, duas semanas depois das eleições europeias. No final da reunião do Secretariado Nacional do PS, António Vitorino também assegurou que não foi ainda discutida a composição da lista do PS concorrente às eleições europeias, que será encabeçada por Mário Soares. Essa tarefa, segundo o porta-voz da Comissão Permanente do PS, estará a cargo da Comissão Política Nacional, sendo a lista final, em princípio, divulgada no final do corrente mês.

Na mesma conferência de Imprensa, o camarada António Vitorino também se insurgiu contra notícias que davam a falsa ideia de o PS já ter nomeado cerca de 10 mil pessoas para cargos na Administração Pública. A este propósito, o dirigente socialista sublinhou que tais números «não podem ser vistos a granel», contrapondo com a necessidade de se proceder à divulgação nominal de todos os cidadãos chamados para desempenhar cargos na Administração Pública.

Apelo à mobilização

Na passada quinta-feira, esteve também reunida, pela primeira vez desde o congresso do partido, a Comissão Política Nacional do PS. Além de terem sido aprovados novos militantes que aderiram ao partido e o relatório de contas de 1998, a reunião ficou marcada por uma intervenção do secretário-geral, António Guterres, no sentido de evitar que os militantes entrem em excesso de euforia, tendo em vista as boas perspectivas que se abrem para as eleições legislativas. António Guterres aproveitou para criticar os triunfalismos injustificados e para apelar à mobilização de todas as estruturas socialistas.

No final da reunião da Comissão Política do partido, o camarada António José Seguro manifestou a incompreensão do PS pelo facto de os partidos da oposição se

terem unido em mais uma coligação negativa, desta vez para chumbarem uma proposta de lei do Governo que visava reforçar a paridade na participação na vida política. Mesmo assim, acrescentou o coordenador da Comissão Permanente do partido, a proposta de lei do Governo já deixou marcas, porque todos os líderes da oposição comprometeram-se publicamente a reforçar a presença de mulheres nas respectivas listas candidatas a lugares na Assembleia da República e no Parlamento Europeu.

Face ao ataque das oposições em torno das nomeações feitas pelo Governo, António José Seguro acusou o PSD, o PP e o PCP de não estarem interessados em debater as questões mais importantes do País. «Não querem discutir as políticas sociais colocada em marcha por este Governo, nem a taxa de desemprego, que continua a baixar de forma sustentada», denunciou.

Depois, deixou a seguinte questão para desmontar os argumentos da oposição: «Qual o Governo que consegue trabalhar sem secretárias ou chefes de gabinete?» Para António José Seguro, o problema das nomeações para cargos na Administração Pública deveria ser tratada de forma suprapartidária por todas as forças políticas, lembrando, depois, que foi este o Governo que começou a abrir concursos públicos para lugares onde antes apenas entrava quem tivesse cartão laranja.

PELO PAÍS

Governança Aberta

ASSUNTOS EUROPEUS - O secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Seixas da Costa, mostrou-se convicto de que as negociações da Agenda 2000 serão concluídas durante a presidência alemã, ainda que não haja acordo até ao dia 26.



O governante falava num jantar/debate que decorreu no passado sábado, em Aveiro.

Sobre a posição negocial portuguesa o governante referiu que o primeiro-ministro já deixou claro que em ano de eleições legislativas «não está disposto a um resultado que possa ser lido como memorização da posição portuguesa».

«Temos a noção de que há uma atitude restritiva, mas a nossa flexibilidade tem limites, pelo que abaixo de determinado nível diremos não», afirmou Seixas da Costa. O secretário de Estado explicou os fundamentos da atitude portuguesa à mesa das negociações, nomeadamente o princípio de que o alargamento não pode ser feito à custa dos que menos ganham.

A ideia defendida foi a de que Portugal será dos que menos vantagens tira do alargamento e não podem ser os países que menos ganham a ter os cortes para suportar o alargamento.

«Na qualificação do emprego fizémos ver que não se pode olhar apenas para o mero critério da taxa de desemprego, mas também à dificuldade de reconversão em alguns sectores e defendemos o reforço do Fundo de Coesão, que se destina a áreas essenciais como o transporte e o ambiente», disse Seixas da Costa.

CIÊNCIA - O ministro da Ciência e Tecnologia, Mariano Gago, defendeu, no dia 5, em Aveiro, o reforço das oportunidades de aprendizagem científica e a generalização de práticas experimentais. Mariano Gago falava a um grupo de investigadores e professores, na apresentação de projectos do programa Ciência Viva que decorreu na Universidade de Aveiro.

O ministro elogiou a disciplina experimental dos diferentes projectos, mas considerou que são ainda pouco difundidas as experiências.

Já há muitos materiais produzidos de forma estável, mas deveriam ser conhecidos

pelos colegas disse o governante, concluindo que todos estes materiais devem ser colocados na Internet quanto antes.



Mariano Gago justificou esse desejo por se tratar de uma forma de divulgação que permite a interacção imediata, uma difusão generalizada e é corrigível.

«Será uma maneira mais eficaz de fazer com que se difundam pelo País boas práticas, sem ser de forma burocratizada», completou.

CULTURA - O ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, disse, no dia 4, na Póvoa de Lanhoso, que a existência de numerosos projectos das regiões justifica a duplicação das verbas para a Cultura no III Quadro Comunitário de Apoio (QCA).



O governante considerou «insignificantes» os 48 milhões de contos que foram disponibilizados para a cultura no II QCA, tendo em conta, quer os projectos das autarquias, quer os grandes projectos culturais do País.

O ministro falava aos jornalistas no final de uma reunião com autarcas do Vale do Ave para analisar os projectos dos municípios para os próximos anos, tendo em vista a sua possível integração no próximo QCA, em negociação na União Europeia.

Lembrando que os 48 milhões de contos geridos pela Cultura - 20 milhões pelo ministério e o restante pelas autarquias - representa apenas 0,001 por cento dos quatro mil milhões de contos que Portugal recebeu do actual QCA, o ministro manifestou-se «crente» de que o «bolo» para o sec-

tor se aproximará dos cem milhões de contos nos seis anos seguintes.

«Se conseguirmos dobrar essa verba, será bom, mas, mesmo assim, não é muito», disse, acentuando que «há imensos projectos na área do património, das infra-estruturas culturais e das realizações artísticas, públicas ou privadas».

EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO - A secretária de Estado da Educação e Inovação, Ana Benavente, fez um balanço positivo da experiência pedagógica que visa a flexibilização curricular e anunciou o seu alargamento a mais escolas no próximo ano lectivo.



Ana Benavente falava aos jornalistas após participar numa reunião do Conselho Pedagógico da Escola Básica 2,3 de Santa Clara, que decorreu na passada quinta-feira, dia 4, em Évora, uma das intervenientes no projecto de gestão flexível do currículo. Segundo a governante, a experiência começou no ano lectivo 1997/98 envolvendo nove escolas pioneiras, tendo sido alargada este ano a 35 escolas básicas em todo o País.

Depois de fazer um «balanço muito positivo» da experiência, sobretudo por assegurar uma aprendizagem com qualidade, Ana Benavente disse que o projecto vai ser alargado no próximo ano lectivo a mais escolas básicas.

O projecto de gestão flexível do currículo prevê que cada escola interveniente tem autonomia para desenhar o currículo, mantendo o essencial dos programas.

A secretária de Estado manifestou ainda a intenção de continuar a visitar as escolas em que a experiência está a ser desenvolvida.

INDÚSTRIA E ENERGIA - O secretário de Estado da Indústria Energia, Fernando Pacheco, participou, no dia 6, em Aveiro, num debate sobre assuntos europeus onde admitiu alguns riscos com o alargamento da União Europeia, nomeadamente o desvio de investimentos e de comércio.

Fernando Pacheco enumerou também alguns aspectos positivos, como o de esses países candidatos à adesão deixarem de poder utilizar ferramentas de competitividade típicas dos menos desen-

volvidos e passarem a estar sujeitos às mesmas regras.

O governante considerou que numa Europa de mercado e moeda única a diferença vai ser ditada pelo controlo das despesas públicas, residindo nesse factor a capacidade de manobra dos Estados-membros. «A reforma da administração pública vai ser o aspecto mais crítico», disse o secretário de Estado da Indústria e Energia, considerando que o próximo desafio que se coloca à construção europeia é a harmonização das políticas fiscais.

«Havendo mercado e moeda única, o próximo desafio é a política fiscal e a liberdade que haverá será no controlo das despesas públicas, pelo que os países vão ter de melhorar as máquinas administrativas». Nesse sentido as candidaturas de projectos das empresas, no próximo Quadro Comunitário de Apoio vão ser simplificadas e integradas, destacou.

JUVENTUDE - O secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes, defendeu, no dia 5, em Braga, a realização de um debate «sem preconceitos» sobre a despenalização da droga, mas considerou que «a liberalização não resolve o problema».



O governante considerou necessário fazer «uma discussão sem tabus» sobre o problema da toxicod dependência, mas avisou que as medidas liberalizadoras não são uma panaceia milagrosa: «porventura, não e por aí que o problema se resolve», salientou.

Miguel Fontes falava em conferência de Imprensa realizada na delegação de Braga do Instituto Português da Juventude, após a abertura de um Gabinete de Apoio à Sexualidade Juvenil, o quinto a entrar em funcionamento em Portugal.

Lembrando que a toxicod dependência é um tema de grande melindre na sociedade portuguesa, devido ao sofrimento que provoca a milhares de jovens e às suas famílias, manifestou-se «favorável a um maior esforço em matéria de prevenção e de tratamento de jovens toxicod dependentes».

«O Governo tem vindo a investir e bem nesta área», declarou, assinalando que uma liberalização total das drogas poderia transformar Portugal num paraíso para

PELO PAÍS

Governança Aberta

um tipo de turismo associado ao consumo de estupefacientes, «que não interessa a ninguém».

Miguel Fontes disse não ser «irreversivelmente» contra um processo despenalizador do consumo de drogas e lembrou que a despenalização não pode ser entendida em sentido lato, «já que existem drogas duras e menos duras, consumo público e privado e situações muito dispares».

«Defender a abertura total do consumo seria criar falsas expectativas na sociedade portuguesa, pois o problema não se iria resolver», argumentou.

Referindo-se ao novo Gabinete de Apoio à Sexualidade Juvenil, que servirá os jovens do distrito de Braga, o Secretário de Estado adiantou que os quatro gabinetes anteriormente criados tiveram uma grande adesão de jovens, que buscam aconselhamento em áreas como a contraceção, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez, questões de tipo relacional e mesmo casos de violação.

PESCAS - O secretário de Estado das Pescas, José Apolinário, defendeu, no dia 6, em Matosinhos, a necessidade de uma «mudança de atitude» no sector das conservas de peixe ao nível da organização da produção, do *marketing* e da comercialização.



«A abertura dos mercados deve ser entendida como um desafio e não como um desastre», frisou José Apolinário, que falava no encerramento do Seminário sobre a «Indústria de Conservas de Peixe», que decorreu, sábado passado.

Na sua intervenção, o secretário de Estado salientou que a globalização da economia portuguesa «vai acelerar» com a liberalização progressiva dos mercados internacionais, defendendo a necessidade da indústria conserveira nacional procurar «mercados alternativos» aos actuais, que considerou «saturados e pouco dinâmicos».

«A principal aposta reside em nos próprios», sublinhou Apolinário, que apresentou depois o que considera serem os «quatro grandes desafios» que se colocam a indústria portuguesa de conservas de peixe. Estes desafios passam pela adaptação da

oferta ao consumidor, que exige «maior agressividade comercial», pela diversificação, para evitar a «monodependência da sardinha», pela diferenciação, que se deve concretizar numa reafirmação da identidade do *Made in Portugal*, e pelo aumento da qualidade.

José Apolinário dirigiu-se depois aos industriais do sector para os «desafiar» a uma maior consistência nas decisões empresariais, tendo em vista a «consolidação, sem ilusões, da indústria de conservas».

TRABALHO E SOLIDARIEDADE - O ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, afirmou, no dia 5, que o actual Governo logrou «afastar a visão catastrófica de falência iminente» da Segurança Social.



Ferro Rodrigues falava na Faculdade de Direito de Coimbra, onde apresentou uma conferência aos alunos do curso de pós-graduação em Direito Penal, Económico e Europeu, coordenado pelo penalista Figueiredo Dias.

O ministro realçou o «resultado positivo» da «Lei Mateus» no aumento de receitas da Segurança Social, recordando que, a partir de 1995, foi realizado um «diagnóstico profundo» ao sistema e adoptada «uma lógica diferente».

«Houve uma substancial mudança e um investimento político e social do primeiro-ministro nesta questão», acrescentou, indicando que «a Segurança Social é hoje mais eficaz na protecção social dos mais desfavorecidos».

O ministro sublinhou que «agora cumpre-se a Lei de Bases» e foi recuperada «uma capacidade de cobrança que durante anos esteve mais ausente».

«Durante muitos anos, os governos não cumpriram a Lei de Bases (...) e era o orçamento da Segurança Social a financiar o Orçamento de Estado (OE)», referiu. Segundo Ferro Rodrigues, «há hoje um esforço muito forte do OE», cujas transferências correntes para o orçamento da Segurança Social ascenderam a 420 milhões de contos em 1998.

Mais de cem mil famílias (cerca de 400 mil pessoas) já beneficiaram do Rendimento Mínimo Garantido desde que foi instituído.

TURISMO - O secretário de Estado do Turismo, Vítor Neto, recebeu, no dia 9, em Lisboa, a Confederação do Turismo Português (CTP) em audiência destinada a analisar um documento sobre promoção turística que entregou ao Governo em Fevereiro.

No documento, que foi publicamente apresentado após o encontro com o governante, a CTP reivindica a criação de um organismo autónomo para a promoção turística, actualmente a cargo do ICEP - Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 4 de Março

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um decreto-lei que estabelece, no âmbito do regime geral de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem, o quadro legal da reparação da eventualidade de desemprego;
- Um decreto-lei que estabelece os princípios gerais de enquadramento da política de emprego;
- Um decreto-lei que aprova a Lei Orgânica do Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais;
- Uma resolução que cria o Comissariado de Portugal para a Exposição Universal de Hanôver 2000;
- Um decreto-lei que constitui a sociedade anónima Portugal 2000, SA e aprova os respectivos estatutos;
- Uma proposta de lei que altera a lei que regula a objecção de consciência;
- Uma proposta de lei que altera Lei Quadro das Leis de Programação Militar, no sentido de acomodar a locação e outros contratos de investimento no âmbito do equipamento das Forças Armadas;
- Um decreto que aprova o convénio entre o Governo de Portugal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, com o propósito de estabelecer um Fundo Português de Cooperação Técnica, assinado em Washington, aos 5 de Outubro de 1998;
- Um decreto-lei que aprova o Regime da Tesouraria do Estado;
- Um decreto-lei que altera o decreto-lei que proíbe a publicidade fora dos aglomerados urbanos;
- Um decreto-lei que cria os índices remuneratórios 108, 151, 299 e 340 para os 1.º, 3.º, 9.º e 10.º escalões da carreira do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, e altera o anexo I ao decreto-lei n.º 409/89, de 18 de Novembro;
- Um decreto-lei que actualiza em 2 por cento as taxas do imposto municipal sobre veículos constantes das tabelas I a IV, a que se refere o número 1 do artigo 8.º do Regulamento do Imposto Municipal sobre Veículos;
- Um decreto-lei que revê o regime aplicável à actividade de produção de energia eléctrica, no âmbito do sistema eléctrico independente, que se baseie na utilização de recursos renováveis ou resíduos industriais, agrícolas ou urbanos;
- Um decreto-lei que aprova a lei orgânica da Direcção-Geral da Administração Educativa (DGAE);
- Um decreto-lei que altera a redacção dos artigos 7.º e 10.º do decreto-lei que criou o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento;
- Um decreto-lei que exige a certificação dos varões de aço para betão armado;
- Um decreto que aprova o acordo entre a República Portuguesa e a República da Albânia sobre Promoção e a Protecção Recíprocas de Investimentos, e respectivo protocolo, assinados em Lisboa, a 11 de Setembro de 1998;
- Um decreto regulamentar que aprova a Lei Orgânica do Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica, do Ministério da Economia;
- Um decreto regulamentar que altera o artigo 13.º do decreto regulamentar n.º 44/94, de 2 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pelo decreto regulamentar n.º 25/98, que estabelece as atribuições, organização e competências do Comando do Pessoal, do Comando da Logística e do Comando da Instrução do Exército;
- Um decreto regulamentar que altera o decreto regulamentar que aprova o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina;
- Uma resolução que aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do Município do Seixal;
- Uma resolução que nomeia Maria Isabel Sanches Matalonga y Planas para o cargo de gestor da medida «Melhoria da Eficácia Económica dos Portos», do sub-programa «Transportes do Programa Infra-Estruturas de Apoio ao Desenvolvimento do Quadro Comunitário de Apoio» e de interlocutor sectorial para a área portuária;
- Uma resolução que exonera o cargo de gestor da Intervenção Operacional de Renovação Urbano (IORU) a Manuel Orlando Cardoso Machado e nomeia para o mesmo cargo Mafalda da Câmara Manuel Reynolds;
- Uma proposta de lei relativa à liberdade religiosa;
- Uma proposta de lei de Enquadramento Orçamental.

DESTAQUE - CM

Expo'2000

PORTUGAL RUMO A HANÔVER

O Executivo socialista está já a preparar a participação de Portugal na Exposição Universal que se realizará na cidade alemã de Hanôver no ano 2000.

Assim, o Conselho de Ministros, reunido na passada quinta-feira, dia 4, em Lisboa, aprovou dois diplomas relativos à criação de órgãos que irão definir a forma de presença do nosso país na Expo'2000.

A estruturação da participação de Portugal na Exposição Universal de Hanôver, que decorrerá entre 1 de Junho e 31 de Outubro do ano 2000 subordinada ao tema «Humanidade - Natureza - Tecnologia», será baseada em dois organismos: um comissariado e uma entidade empresarial, sob a forma de uma sociedade anónima.

Ao primeiro, o comissariado, competem sobretudo funções de coordenação global das entidades envolvidas na participação portuguesa, em especial a articulação interministerial, de consulta quanto à programação da participação no âmbito dos conteúdos temáticos e, ainda, de apoio ao comissário-geral na representação do País na Exposição.

Por seu turno, à sociedade são atribuídas as funções essencialmente executivas e operacionais: a concepção e a preparação da participação, a gestão da estrutura organizativa necessária à concretização da mesma, bem como a realização efectiva de todos os momentos que integram a presença portuguesa na Expo'2000 Hanôver, sendo o seu conselho de administração presidido pelo comissário-geral.

O Comissariado de Portugal

Através da resolução do Conselho de Ministros n.º 167/98, de 20 de Outubro, o Governo delegou no ministro da Ciência e da Tecnologia a supervisão e coordenação da concepção, preparação, organização e execução da participação portuguesa na



Expo'2000 Hanôver e nomeou Simonetta Luz Afonso para o cargo de comissário-geral de Portugal para essa exposição.

O Comissariado é constituído pelo comissário-geral de Portugal para a Expo'2000 Hanôver, que o preside; por até quatro personalidades de reconhecido mérito, designadas por despacho do ministro da Ciência e da Tecnologia, sob proposta do comissário-geral; por um representante do ministro dos Negócios Estrangeiros, ministro das Finanças, ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, ministro da Economia, ministro da Educação, ministro do Ambiente, ministro da Cultura, ministro da Ciência e da Tecnologia e do ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Comissariado pode ainda integrar representantes de outras entidades, nomeados por despacho do ministro da Ciência e da Tecnologia, sob proposta do comissário-geral, quando se verifique que as mesmas têm vocação para colaborar activamente na prossecução das competências do Comissariado.

Entre as competências deste organismo está

a coordenação, a nível global, da acção das entidades nele representadas, de forma a garantir a plena coerência de objectivos e a concertação de esforços, com vista ao sucesso da participação portuguesa na Expo'2000 Hanôver.

Contribuir para a definição dos conteúdos da participação e dar parecer sobre o programa da participação portuguesa na Exposição; apoiar o comissário-geral na representação de Portugal; acompanhar todo o processo de participação portuguesa na Exposição Universal, assegurando uma ligação eficaz e permanente às entidades nele representadas e desempenhar todas as tarefas necessárias ao sucesso da participação portuguesa na Expo'2000, que como tais, forem assumidas pelo próprio Comissariado, a solicitação do comissário-geral ou por este aprovadas são também funções do Comissariado.

Cabe ainda ao Comissariado a este organismo coordenador colaborar com as demais entidades envolvidas na concretização da participação portuguesa em Hanôver'2000 e propor a assunção de todas as acções consideradas necessárias ao

bom desempenho da sua missão.

O Comissariado apresentará ao Governo, até 31 de Dezembro de 2000, o relatório das suas actividades, após o que se considera extinto.

A Sociedade Portugal'2000

Os ministros, reunidos na passada quinta-feira decidiram-se, ainda, pela constituição de uma sociedade anónima Portugal'2000, AS, aprovando os respectivos estatutos.

Para além da participação de Portugal na Expo'2000 Hanôver, a Sociedade poderá vir a ter outros objectivos como assegurar a concepção, preparação, organização e execução da participação oficial de Portugal noutras exposições de âmbito mundial ou universal e desenvolver outras iniciativas conexas e de apoio às que constituem o seu objecto principal, na área da promoção ou acompanhamento de eventos, manifestações ou realizações de índole cultural ou científica, a realizar, tanto no País como no estrangeiro.

O capital social da Sociedade é de três milhões de contos, subscrito integralmente pelo Estado e por este realizado em um milhão de contos, sendo as acções representativas do capital realizado detidas pela Direcção-Geral do Tesouro ou por outra sociedade de capitais exclusivamente públicos e podendo a sua gestão ser cometida a outra entidade, nos termos da lei e por despacho conjunto dos ministros das Finanças e da Ciência e Tecnologia.

Os direitos do Estado como accionista são exercidos através de representante, designado por despacho conjunto do primeiro-ministro e dos ministros das Finanças e da Ciência e da Tecnologia, podendo ser anualmente determinado, por despacho destes dois governantes, a realização de uma auditoria completa à sociedade a levar a efeito por uma firma de auditores independentes de reconhecida reputação.

DESTAQUE - CM

Serviço Militar Obrigatório

OBJECÇÃO DE CONSCIÊNCIA MAIS CÉLERE

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 4, uma proposta de lei que altera a lei que regula a objecção de consciência.

O diploma visa resolver as insuficiências que têm vindo a ser reveladas na lei que regula a objecção de consciência (Lei n.º 7/92, de 12 de Maio), e procura responder ao novo quadro resultante da recente proposta de lei do serviço militar (sistema de voluntariado, em tempo de paz), nomeadamente, no que respeita ao período transitório por ela previsto.

Com efeito, consagrando a nova lei do serviço militar um período transitório de alguns



anos, durante os quais permanece em vigor o sistema misto de recrutamento, continua a ser necessário manter, em corres-

pondência ao serviço militar obrigatório e face ao exercício do direito à objecção de consciência, o necessário dever de prestação do serviço cívico.

Assim, este diploma consagra o regime do deferimento tácito para o caso da Comissão Nacional de Objecção de Consciência não ter decidido, no espaço máximo de três meses, sobre o pedido de concessão do estatuto de objector de consciência.

Por forma a garantir maior coerência no carácter urgente dos recursos contenciosos interpostos das deliberações da Comissão Nacional da Objecção de Consciência, estende-se a forma dos pro-

cessos urgentes também aos recursos interpostos perante o Tribunal Constitucional.

Outra novidade que decorre da proposta de lei aprovada pelo Governo socialista é a fixação expressa do prazo máximo de seis meses para a situação de reserva de recrutamento, findo o qual, não tendo os objectores sido colocados para prestação do seu serviço cívico, se opera a sua imediata transição para a situação de reserva geral do serviço cívico, evitando-se assim os prejuízos decorrentes de uma não regularização prolongada da sua situação, nomeadamente a nível do seu acesso ao emprego.

MELHORIAS ACENTUADAS NA PROTECÇÃO AOS DESEMPREGADOS

O Governo do PS aprovou no dia 4 um decreto-lei que instituiu um novo regime que reforça a protecção aos desempregados, em particular aqueles com mais de 45 anos, e permite ainda a acumulação do subsídio de desemprego com o salário de trabalho a tempo parcial, anunciou o ministro Ferro Rodrigues.

É mais uma grande medida de esquerda deste Governo apostado numa política social que privilegia efectivamente os cidadãos que mais precisam de protecção.

Trata-se de mais uma medida de largo alcance social destinada a um dos estratos que na nossa sociedade mais precisam de protecção: os desempregados.

Perante mais esta medida de esquerda, o PCP olha para o lado, fingindo ignorá-la, o mesmo se passando com a direita, tão «preocupada» ultimamente com questões sociais, mas sempre na lógica caritativa que é uma das suas imagens de marca.

O decreto-lei, entre outras melhorias, introduz um factor de diferenciação positiva dos beneficiários com carreiras contributivas mais longas.

Com este novo diploma, os desempregados com 45 ou mais anos vêm alargado para 30 meses o período base de concessão de subsídio de desemprego e passam a ter direito, cumulativamente, a uma bonificação do mesmo determinada em função dos anos de descontos para a Segurança Social.

Esta bonificação acrescenta àquele período base dois meses por cada grupo de cinco anos de descontos registados nos últimos 20 anos.

O diploma prevê ainda que os desempregados com 50 anos ou mais que tenham pelo menos 20 anos de carreira contributiva registada terão acesso a uma pensão antecipada de velhice aos 55 anos.

Até lá, refere ainda o decreto aprovado pelo Governo, terá um período de concessão do subsídio de desemprego prolongado até à idade de acesso à pensão de velhice antecipada.

Caso não haja direito ao subsídio social de desemprego, o novo regime estabelece que o tempo entre o fim do período alargado e bonificado de concessão do subsídio de desemprego e os 55 anos de idade será «integralmente contado como carreira contributiva, contribuindo positivamente para o cálculo do valor da pensão de velhice antecipada».

Discriminação positiva

No grupo etário a partir dos 50 anos, o novo regime introduz disposições que corrigem lacunas existentes no regime ainda em vi-



gor, as quais têm tido como consequência deixar vários anos sem qualquer protecção social os beneficiários com carreiras contributivas longas, quando esgotam os períodos de concessão das prestações de desemprego sem conseguir um novo emprego.

Além disso, de acordo com o novo regime, «é totalmente compatível com a possibilidade de regresso à vida activa», sendo este regresso mesmo «encorajado pelo regime geral da reforma antecipada aos 55 anos recentemente aprovado pelo Governo», disse ainda.

De facto, a reforma antecipada é acumulável com rendimentos do trabalho, para encorajar o aproveitamento de oportunidades de regresso à vida activa.

O regime de descontos para a Segurança Social prevê que os acréscimos de carreira contributiva devido a períodos de actividade entre os 55 e os 65 anos dão direito a um novo cálculo do valor final da pensão, no momento de atingir a idade legal da reforma.

«O novo regime acontece noutras processos legislativos mas não sucedia no âmbito do emprego», diz um comunicado oficial.

O decreto-lei aprovado em Conselho de Ministros dá ainda mais protecção aos desempregados porque reduz o número de escalões etários (em função dos quais é determinado o período de concessão das prestações de desemprego), quer através

do alargamento do período de concessão correspondente à maior parte dos escalões.

O diploma acolhe ainda disposições que visam uma maior articulação entre os serviços de Segurança Social, os serviços de emprego e do trabalho, com destaque para a criação de comissões mistas com funções de acompanhamento da aplicação da legislação.

Racionalidade e transparência

Entretanto, o Conselho de Ministros, na sua reunião do dia 4, aprovou ainda um decreto-lei que estabelece os princípios gerais de enquadramento da política de emprego

Este diploma vem dotar a política de emprego de um quadro que lhe empreste maior racionalidade e transparência, reduzindo, por esta forma, a sua actual complexidade e fragmentariedade.

Em termos globais, o diploma vem cobrir e estruturar quatro grandes áreas: estabelece os princípios gerais a que obedece a política de emprego; estabelece os princípios que enformam a organização e o funcionamento dos serviços de emprego responsáveis pela sua execução; procede à ordenação das medidas de emprego em programas, gerais ou especiais, eixos e modalidades específicas de intervenção, prevendo a forma da sua criação e a avaliação da respectiva eficácia;

e define as regras gerais de financiamento da política de emprego e a natureza e modalidades dos apoios financeiros a conceder.

O Governo aprovou ainda a Lei Orgânica do Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais.

Este diploma, que vem executar o disposto na Lei Orgânica do MTS, cria o

Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais (CNPRP), instituição que funcionará sob tutela do Ministro do Trabalho e da Solidariedade e a que são cometidas as atribuições e competências da extinta Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais.

A criação do CNPRP visa não só proporcionar uma solução institucional mais coerente para a questão da protecção contra os riscos profissionais como também, e sobretudo, oferecer um conjunto de respostas mais eficaz a nível das prestações reparadoras e a nível das intervenções de prevenção, reparação e reabilitação.

Trata-se de um primeiro passo tendente à reforma da protecção social das doenças profissionais e dos acidentes de trabalho, sendo para o efeito cometidas ao CNPRP duas áreas de responsabilidades particularmente relevantes: a dinamização e a articulação das respostas preventivas e reparadoras, incluindo nestas o tratamento e a recuperação; e o estudo e a concepção global das incapacidades resultantes de riscos profissionais.

DEPUTADA MARIA CARRILHO

Quotas

O MÉRITO «INSUFICIENTE» DE SER MULHER



A deputada socialista Maria Carrilho defendeu, na semana passada, na discussão plenária sobre as quotas para as mulheres, a distribuição equi-

brada dos vários grupos sociais pelos vários níveis que preparam, emitem e executam as decisões políticas.

«Não estamos aqui a defender a maior participação das mulheres prometendo que elas irão fazer melhor do que os homens (...) A questão básica e fundamental em democracia é a da representação», disse, reiterando que o que estava em causa naquele debate histórico sobre o papel social dos dois géneros – feminino e masculino – é o princípio democrático segundo o qual os indivíduos na sua condição têm o direito de tomar parte das decisões que afectam as suas próprias vidas.

Ciente da verdade de que as mulheres precisam de mais condições para participarem a todos os níveis de decisão, nomeadamente política, Maria Carrilho frisou que é urgente dar à mulher mais tempo na divisão das tarefas domésticas, menos preocupações no cuidado dos filhos e dos familiares idosos, convidando os seus pares a não se iludirem com aquilo a que chamou «miragem mecanicista».

«A percentagem de mulheres com cursos superiores não significa que irão ficar em condições de igualdade para disputar cargos de chefia», explicou, acrescentando que «se é certo que a nossa sociedade cultiva o mérito, fá-lo mais como imagem e projecção do que como realidade assumida».

Para a deputada do GP/PS, «o mérito não é suficiente quando se trata de atribuir po-

sições de poder» ou quando existe, como acontece no caso das mulheres, «uma teia de constricções, que não é menos paralisante por ser pouco visível».

Na opinião de Maria Carrilho, algumas dessas limitações resultam do reflexo que tem no espírito da mulher o sistema de valores ditos masculinos e femininos em que vive. «A auto-inibição é um factor que tem sido apontado como uma das explicações para a situação actual», referiu a deputada, concluindo que a alternativa à proposta das quotas é continuar na mesma: «algumas mulheres na política sim, mas como uma espécie de sal e pimenta, poucas, como tempero, não como substância».

Reflectindo um pouco sobre o argumento dos opositoristas às quotas femininas segundo o qual a introdução de tal discriminação positiva seria «humilhante para as mulheres», uma vez que elas conseguiriam tudo mais cedo ou mais tarde», Maria Carrilho falou do seu caso particular e assinalou que depois de 25 anos de participação de movimentos europeus pela igualdade de oportunidades e às portas do século XXI, ainda é preciso defender a introdução de quotas para promover a participação das mulheres na política. É que «dos 7 por cento nas primeiras assembleias, passamos hoje para 12 ou 13 por cento».

E, para que o «mais cedo ou mais tarde» não acabe por ser «tarde de mais» a deputada socialista garante, convicta, que «se a necessidade de trazer este tema à discussão envergonha alguém, então envergonha aqueles, na política ou fora dela, que pouco ou nada têm feito para tornar a nossa democracia mais efectiva».

O carapuço, esse, serviu a quem o quis enfiar.

Mary Rodrigues



MODERP

Comunicado

HOMENAGEM AO DEPUTADO DOS REFORMADOS

Realizou-se recentemente, por iniciativa dos fundadores do MODERP-UGT, uma festa de homenagem ao deputado socialista Manuel Jerónimo, a voz dos reformados na Assembleia da República.

Para além dos fundadores do MODERP estiveram presentes numerosas personalidades da vida política portuguesa como os deputados socialistas Celeste Correia, Manuela Augusto, Gonçalo Velho e Armando Paulino, diversos vereadores de câmaras socialistas da área metropolitana de Lisboa, bem como representantes do secretário de Estado da Inserção Social e do presidente da Câmara de Lisboa e ainda o actor Rui de Carvalho e Júlio Fernandes, dirigente nacional da UGT. Na ocasião, o camarada Manuel Jerónimo foi agraciado com uma salva de prata pelos fundadores do MODERP e condecorado pela UGT com a medalha de mérito.

Numa intervenção, o representante do presidente da Câmara de Lisboa, Leonel Fadigas, destacou o trabalho de Manuel Jerónimo em prol dos reformados e considerou que o líder do MODERP nas próximas legislativas deve entrar nas Parlamento «em lugar elegível».

Fernando Queiroz, em representação do secretário de Estado da Inserção Social, foi da mesma opinião e destacou o papel de Manuel Jerónimo na luta pela democracia sindical e pela liberdade no nosso país.



Os deputados socialistas Gonçalo Velho e Manuela Augusto, por sua vez, salientaram «o espírito de luta» do homenageado como militante do PS e como líder dos idosos portugueses.

Um lutador

Por último, o actor Rui de Carvalho, presidente do Conselho Nacional para a Política da Terceira Idade, disse não conhecer ainda bem o deputado Manuel Jerónimo, mas pelas informações colhidas, disse ter a certeza de estar perante «um lutador com um trabalho meritório à frente do MODERP».

Destaque ainda para os telegramas enviados pela presidente da Santa Casa da Misericórdia, Maria do Carmo Romão, UGT espanhola e presidente da FERPA – Federação Europeia de Reformados, com sede em Bruxelas.

J. C. C. B.

AGENDA PARLAMENTAR

Quinta-feira, dia 11

A Assembleia da República reúne, hoje, às 15 horas, para debater dois projectos de lei, um do CDS/PP que revoga as Leias da Regionalização, e o outro do PCP, que altera o regime de despedimentos colectivos.

A discussão conjunta girará em torno de quatro propostas de lei governamentais.

A primeira, altera os artigos 17º e 18º da lei dos despedimentos colectivos, aprovada há dez anos. A segunda proposta do Executivo socialista prevê a atribuição às Associações Patronais do direito de participar na elaboração da legislação sobre trabalho. O terceiro diploma do Governo aumenta de três para quatro anos a duração máxima do mandato dos titulares dos corpos gerentes de associações sindicais. A quarta e última proposta de lei visa assegurar a informação e consulta dos trabalhadores em empresas ou grupos de empresas transnacionais e regular a instituição de conselhos de empresas europeias ou de procedimentos simplificados de informação e consulta, em empresas e grupos de empresas de dimensão comunitária.

As votações regimentais decorrerão pelas 18 horas.

Sexta-feira, dia 12

Amanhã, os partidos com assento parlamentar analisarão, a partir das 10 horas, quatro propostas de resolução que aprovam a convenção entre Portugal e a Roménia para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal; o acordo euro-mediterrânico que cria a Associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-membros, por um lado, e o Reino Hacheita da Jordânia, por outro, o acordo-quadro de comércio e cooperação entre a Comunidade Europeia e a Coreia; e o acordo de cooperação em matéria de defesa entre o nosso país e a Hungria.

Depois será altura de estudar o acréscimo do valor do subsídio de insularidade ao rendimento mínimo garantido, atribuído aos cidadãos da Região Autónoma da Madeira proposto num diploma da iniciativa da ALRM.

Quarta-feira, dia 17

Os grupos parlamentares do PS e do PEV submeterão a apreciação parlamentar, para a próxima semana, os correspondentes projectos de lei sobre a protecção dos animais. Por seu turno, o CDS/PP levará a plenário um diploma «que se destina a exortar o Governo a tomar várias medidas para combater a crise da suinicultura em Portugal».

DEPUTADO SÉRGIO SOUSA PINTO

Unões de Facto

PREENCHER O VAZIO DA CLANDESTINIDADE SOCIAL



O deputado socialista Sérgio Sousa Pinto esclareceu, no dia 3, na Assembleia da República, que pretender legislar em matéria de uniões

de facto é preencher finalmente uma injusta lacuna jurídica.

«Com a aprovação desta lei, e sem contrangimentos para ninguém, preenchemos um vazio: um vazio de regras, um vazio de lei, o tal vazio de que sempre se alimentaram, na história, o abuso, a injustiça e a desigualdade», disse o líder da Juventude Socialista, para quem as uniões de facto não são uma mera questão civilizacional, mas também, e sobretudo, uma base para a afirmação de valores e, por isso mesmo, uma questão ideológica e política.

Segundo o parlamentar do PS, «a união de facto, forma de convivência duradoura e estável, é uma realidade social quotidiana», não podendo permanecer à margem do direito positivado, que, «como instrumento conformador da sociedade, deve proceder à sua adequada regulação jurídica».

Sérgio Sousa Pinto não deixou passar a oportunidade de afastar uma série de equívocos, sublinhando que o diploma apresentado, primeiro pela JS e depois pelo PS, «não pretende, nem vem operar uma equiparação das uniões de facto ao casamento».

É que, na opinião do parlamentar socialista, «quem vive em união de facto exerce o direito de não se casar» e a protecção concedida este tipo de união «não pode significar a sua transformação, hiper-regulamentadora, em casamento

de segunda».

«Do que falamos nas uniões de facto é, não de equiparação, mas de uma aproximação de direitos relativamente ao casamento, que assegure uma protecção jurídica mínima, compatível com a particular natureza desta forma de vida em comum», frisou.

Na opinião de Sousa Pinto, trata-se com tudo isto, e em consonância com a Lei fundamental, de conceder protecção à família, quer esta esteja ou não formalizada por via de um casamento.

«A Constituição exige a neutralidade, conta concepções hoje inaceitáveis, fundadas na distinção entre formas familiares "normais" e formas familiares "marginais", estas últimas meramente toleradas».

Considerando que o projecto de lei apresentado pelo GP/PS na passada semana constitui «um passo importante no plano civilizacional», o líder da JS sublinhou que o passo ainda é «incompleto».

«Excluem-se, ainda, formas de comunhão de vida económica em comum, não se prevendo, também, a possibilidade de casais homossexuais beneficiarem desta regulação», alertou Sousa Pinto, para quem «é desejável e imperativo o preenchimento a curto prazo desse vazio normativo, sobretudo para quem não dispõe da alternativa jurídica do casamento». Ao terminar a sua intervenção, Sérgio Sousa Pinto não hesitou em reiterar a sua convicção na ideia segundo a qual «a opção pela comunhão de vida em união de facto pode ser uma opção de vida, transitória ou definitiva, mas não é, nunca, uma opção pela clandestinidade social ou legal».

M.R.

DEPUTADO RICARDO CASTANHEIRA

Proposta de candidatura

COIMBRA CAPITAL EUROPEIA DA CULTURA

«O ar de Coimbra, de noite, andava todo fremente de versos. Por entre os ramos dos choupos, mal se via a névoa das nossas quimeras... Outra das ocupações espirituais a que nos entregávamos, era interpelar Deus. Não o deixávamos sossegar no seu adormecido infinito».

Época de Queiroz



O deputado socialista Ricardo Castanheira apresentou, no dia 4, à mesa da Assembleia da República, um requerimento em que solicita saber se

no Governo em geral e no Ministério da Cultura existe disponibilidade política para acolher a candidatura de Coimbra a Capital Europeia da Cultura, «considerando os necessários investimentos públicos a realizar e o relevante processo de influência nas instâncias comunitárias».

Segundo o parlamentar do PS, «Coimbra tem potencialidades históricas, patrimoniais e culturais inegáveis que permitem colocar esta cidade e região numa posição de vanguarda ao todo nacional».

Assim, depois de os conimbricenses terem visto a sua cidade designada como «capital da Saúde», a ideia defendida agora é a de afirmar Coimbra no espaço cultural do País e da Europa.

Na intervenção, no plenário da passada quinta-feira, Ricardo Castanheira referiu-se a Coimbra como a «Lusa Atenas», frisando desta forma o «ar cultural que se respira nesta cidade e exortando todos para a participação «na promoção positiva da áurea coimbrã».

Falando das recentes manifestações de uma

repentina consciência ecológica laranja, do deputado do GP/PS fez questão de salientar que a cidade «dispensa falsos» patriotismos, exigindo antes «um empenhamento colectivo e suprapartidário, no sentido de traçar definitivamente o seu (de Coimbra) peso e papeis culturais e científicos no espaço nacional».

Ricardo Castanheira aproveitou a ocasião para enaltecer o «ambicioso e espectacular projecto» do Parque de Ciência, Cultura e Lazer de Coimbra, os programas de recuperação do Pátio da Inquisição, da Cerca de S. Bernardo e da reconversão da ala poente do Colégio das Artes, bem como um total de investimentos e apoios financeiros de cerca de 3 700 para iniciativas do próximo triénio.

O deputado socialista não deixou passar a oportunidade de sublinhar, também, «a atitude sempre consciente e perseverante da autarquia coimbrã» e a «atitude impulsiva e estimulante deste Governo».

«No fundo, o gesto preconizado simultânea e recentemente por vários ministros, em Coimbra, não foi mais do que o reconhecimento expresso das grandes tradições culturais daquela cidade e do elevado valor do notável património que ali está edificado», disse.

Reiterando que Coimbra é hoje «um local privilegiado de criação cultural e artística», Ricardo Castanheira não escondeu a satisfação que lhe causa saber que a cidade «está, inequivocamente, na rota dos espectáculos e da oferta cultural».

No final da sua alocução, o parlamentar do GP/PS deixou um apelo: «Não deixemos nós adormecer o caldo vivo de vontades que querem ver e fazer de Coimbra um motivo de orgulho cultural para todo o País».

Mary Rodrigues

DEPUTADA JOVITA LADEIRA

Algarve

O «ENTEADO» DA CP



A deputada socialista algarvia Jovita Ladeira considerou, no dia 8, em pergunta dirigida ao Governo sobre o estado da via férrea, que o Algarve «tem sido uma região enteada» da CP - Caminhos de Ferro Portugueses.

A parlamentar do PS recordou que o caminho de ferro na Ponte 25 de Abril, a ser inaugurado em Junho, não prevê a ligação ferroviária Pinhal Novo/Fogueteiro (cerca de 10 km), «impossibilitando a viagem directa pela Ponte 25 de Abril, do Algarve a Lisboa».

Tal situação obrigara os passageiros da CP a utilizarem «o eterno transbordo fluvial Barreiro/Terreiro do Paço», sublinhou Jovita Ladeira, que lamentou as quatro horas e 20 minutos gastos entre Faro e Lisboa por quem utiliza a via férrea.

Aquela situação juntam-se, no entender da



deputada, a degradação do material circulante e o mau estado das vias que servem a Linha do Algarve, onde abundam as estações encerradas e a lentidão dos percursos.

«A velocidade comercial situa-se entre os 30 e 40 quilómetros por hora e são necessárias três horas e 30 minutos para percorrer parte do Algarve», afirmou a deputada, salientando que tal «não se coaduna de forma alguma com o País europeu que somos e com a região turística por excelência que é o Algarve».

Concretamente, Jovita Ladeira perguntou ao Governo se prevê a ligação da zona suburbana de Lisboa a linha férrea do sul, por forma a permitir a ligação entre Lisboa e Faro, quando prevê a electrificação total da linha do sul e quando será implementado o sistema electrónico de sinalização e comunicação ferroviária até Faro e também na Li-

nha Regional do Algarve.

Interrogou ainda o secretário de Estado dos Transportes, Guilhermino Rodrigues, acerca da substituição do material circulante da CP e da melhoria do conforto e aumento da velocidade de serviço.

O metro ligeiro de superfície a diesel na Linha do Algarve foi outra das vertentes da interpeleção ao Governo, onde se perguntou concretamente em que fase se encontram os estudos já encetados para a sua implantação.

A ligação a Andaluzia e a integração do eixo entre aquela região e o Algarve nos corredores multimodais da Europa foram outras questões colocadas a Guilhermino Rodrigues por Jovita Ladeira, que perguntou qual a posição do Executivo português sobre aquela ligação ferroviária, objecto de um estudo recente por parte da Junta de Andaluzia.

REDE DE CINE-TEATROS EM TODOS OS DISTRITOS DO PAÍS

O ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, anunciou, no dia 3, em Guimarães, o lançamento de uma rede de cine-teatros em todos os distritos do País.

A rede, que será lançada ainda este mês, integra-se numa «política de aproximação à realidade cultural dos países europeus», na perspectiva de que Portugal «não pode estar na Europa e continuar a ter mais de metade das capitais de distrito sem uma sala de espectáculos».

Manuel Maria Carrilho fez este anúncio no final de uma reunião com autarcas da região Norte, que decorreu, a semana passada, no Paço dos Duques de Bragança, Guimarães, para debater o programa «Raízes», de descentralização cultural.

Na reunião participaram também a secretária de Estado da Cultura, Catarina Vaz Pinto, os presidentes do IPPAR, Luís Calado, do IPA, Miguel Silva, e da Torre do Tombo, Bernardo Vasconcelos e Sousa, além do governador civil de Braga, Pedro Vasconcelos.

«Vamos investir muitos milhões de contos na cultura, não só no Norte mas em todo o País», afirmou Carrilho, salientando que a Magna Carta da Descentralização Cultural será lançada em Abril, numa reunião, em



Aveiro, com todas as autarquias de Portugal.

O ministro da Cultura referiu ainda que «já estão em curso algumas grandes apostas que envolvem os municípios», como a rede de bibliotecas públicas, que abrangerá todos os concelhos até ao ano 2003.

Referindo-se à sua deslocação à região Norte, que se prolongou até ao passado sábado, Carrilho destacou a inauguração de duas extensões do IPA, em Vila do Conde e em Bragança, de um teatro em Ponte de Lima e o lançamento do processo de criação de seis novas bibliotecas

concelhias.

«São processos que têm a ver com uma estratégia articulada dos municípios e do poder central para o desenvolvimento do País e da cultura das regiões», afirmou, acrescentando que o programa «Raízes» descentraliza e estimula a «cumplidade que existe hoje entre um maior voluntarismo cultural dos municípios e a vontade política do Ministério da Cultura».

Durante a reunião do dia 3, vários autarcas apoiaram a iniciativa descentralizadora do ministério, mas alertaram para a desproporção de meios existente entre os apoios aos grandes projectos culturais de Lisboa e do Porto e os que são disponibilizados para as actividades das autarquias.

Manuel Maria Carrilho desvalorizou as críticas, explicando que, nesta legislatura, os investimentos na área da Cultura na Região Norte «triplicaram em relação à anterior legislatura», o que, para o ministro, «dá bem a ideia da importância dada ao sector pelo Governo».

No final da reunião, a comitiva governamental deslocou-se à Sociedade Martins Sarmento, Guimarães, onde o ministro se encontrou com o presidente da instituição, Santos Simões.

ÁGUA

Elisa Ferreira afirma

«ESCALSA PLUVIOSIDADE NÃO É PREOCUPANTE»

A ministra do Ambiente, Elisa Ferreira, admitiu recentemente, em Évora, que há motivos para se desencadearem os mecanismos de gestão de tempo de seca, mas considerou que a escassa pluviosidade não é um factor alarmante.

«Não há motivo nenhum para alarme nem para preocupação relativamente a escassa pluviosidade este ano em Portugal», referiu. Em declarações aos jornalistas no dia 23, Elisa Ferreira reconheceu que se começa a perceber, de facto, que a evolução da pluviosidade durante este ano vai ser escassa, salientando que «não é nada de muito extraordinário».

Isto porque, sublinhou, há um certo ritmo de abundância nuns anos e escassez noutros. «Era provável que este ano ou o próximo fossem de escassez», frisou a ministra, depois de lembrar a enorme pluviosidade em anos anteriores.

«Por isso é que em Portugal, e sobretudo quando se caminha para o Sul do País, a gestão da água é o aspecto essencial», acrescentou.

Assinalou, a propósito, a importância da barragem de Alqueva, no Alentejo, na medida em que vai permitir acumular água dos anos em que ela é excessiva para ser utili-



zada nos anos em que não o é, e aproveitou para reiterar igualmente a importância de que se reveste o Convénio Luso-Espanhol sobre a gestão dos caudais.

Recusando considerar a situação como motivo de preocupação, mas sim como «normal», a ministra disse que em Portugal há a prática de gerir anos de seca e anos de excesso de água.

Indicou que o Instituto da Água está a acompanhar o processo e que as albufeiras estão com «níveis muito bons», que foram acumulados nos anos anteriores.

«É pena o Alqueva não estar ainda feito, porque teríamos aqui um manancial de água muito importante para gerir neste ano e no próximo», concluiu a ministra.

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Timor-Leste

ONU CRIA «GRUPO DE CONTACTO» PARA TERRITÓRIO

Um grupo «útil»

O ministro da Informação da Indonésia, Yunus Yosfiah, anunciou, no dia 3, em Jacarta, que as Nações Unidas vão criar um «grupo de contacto» para Timor-Leste.

O grupo será constituído pelos Estados Unidos, Japão, Austrália, Nova Zelândia e Reino Unido, acrescentou o governante indonésio numa declaração à Imprensa.

Yosfiah, que citava o ministro dos Negócios Estrangeiros, Ali Alatas, disse que o grupo de contacto, que deverá ser designado de «Amigos do secretário-geral da ONU», poderá ainda incluir delegados do Canadá.

Segundo Yosfiah, o grupo de contacto deverá «monitorar e receber materiais» pertinentes para o diálogo entre Portugal e a Indonésia, que decorre sob os auspícios da ONU.

A possibilidade de criação do grupo de contacto foi defendida recentemente pelo ministro dos Negócios Estrangeiros australiano, Alexander Downer, durante uma visita à Indonésia e a Portugal para debater o problema de Timor-Leste.

Downer considerou que o grupo de contacto poderia contribuir para o financiamento do processo de transição de Timor-Leste para a independência, auxiliando a garantir a paz no território.

Entretanto, o ministro dos Negócios portugueses, Jaime Gama, considerou «útil» a criação, pelas Nações Unidas, de um grupo de contacto para acompanhar a questão de Timor-Leste, salientando que é uma decisão que «há muito vinha sendo discutida».

Um fonte do gabinete do ministro salientou, em declarações à Comunicação Social, a importância de o grupo ser constituído por «países influentes e empenhados na estabilidade regional do sueste asiático».

Portugal aguarda que o grupo de países seja o «garante de que serão cumpridos os acordos a que se chegar» em relação ao conflito timorense e que sirva como «meio de pressão para o seu cumprimento», acrescentou a fonte do ministério.

Outra das vantagens que o Ministério dos Negócios Estrangeiros encontra na formação do grupo será a possibilidade de vir a ser «polarizador da presença das Nações Unidas em Timor», que tem sido reivindicada por Portugal.

Deverá ainda «apoiar uma transição pacífica do desenvolvimento do futuro de Timor-Leste como Estado independente».

IGUALDADE: UM SONHO POR ALCANÇAR

Ministros, autarquias, centrais sindicais, associações, universidades e outras entidades participaram, no dia 8, em diversas iniciativas que assinalaram em todo o país e no mundo o Dia Internacional da Mulher. Assim, no passado domingo, dia 7, Presidente da República, Jorge Sampaio, apelou à «lucidez» da comunidade empresarial, para a introdução de práticas claras de gestão dos seus trabalhadores que lhes permitam «a conciliação entre a vida profissional e familiar».

O apelo foi feito, na sessão solene comemorativa do Dia da Mulher, com Jorge Sampaio a defender que aquela conciliação é uma atitude que «rompe com a concepção da unidade produtiva fechada sobre si própria e a abre a novas preocupações nas relações com a comunidade e a família». Porém, esta ideia não pode, segundo Sampaio, «ter como pressuposto nem objectivo introduzir práticas que apenas contribuam para aumentar a produtividade das empresas» e os seus destinatários devem ser, «em condições de igualdade», tanto os homens como as mulheres.

E se, como referiu o chefe de Estado, em Portugal «são ainda poucas as empresas com práticas claras de conciliação», não é apenas no sector empresarial que se encontram diferenças de oportunidades entre homens e mulheres, pelo que «as escolas, desde muito cedo, devem contribuir para despertar as crianças para os valores» dos quais depende «a mudança de atitudes no relacionamento entre os sexos». Neste capítulo, «há um longo caminho a percorrer», disse Jorge Sampaio, embora reconhecesse que «a lei consagra já amplos direitos» às mulheres. Porém, prosseguiu, «a realidade cultural e social obriga a ter consciência dos desfasamentos entre a realidade do direito e a realidade social». A pedagogia pública pode ser, como sublinhou o Presidente, «uma forma de levar à ultrapassagem daqueles desfasamentos».

Na sessão comemorativa do Dia Internacional da Mulher, Jorge Sampaio condecorou 15 mulheres: a embriologista Isabel Palmeirim Esteves (comendadora da Ordem Militar de Santiago da Espada), a jornalista Cândida Pinto (comendadora da Ordem do Infante D. Henrique), a actriz Ana Moreira, a soprano Maria Elisabete Matos, a basquetebolista Ticha Penicheiro e a realizadora Rita Silveira (todas com o grau de oficial da Ordem do Infante D. Henrique) e a piloto de motocross Elisabete Jacinto, a arquitecta Inês Lobo, a empresária Helena da Bernarda, a médica Isabel Martins, a agente da PSP Fátima Mota, a directora do Centro de Joalheria do Porto, Margarida Pimentel, a empresária Paula Esteves Fernandes, a actriz Maria Rueff e a mutualista Paula Guimarães (todas com o grau de oficial da Ordem de Mérito).

Após a sessão solene, no Teatro José Lúcio da Silva, Jorge Sampaio inaugurou no Castelo de Leiria uma exposição comemorativa



do Dia Internacional da Mulher, intitulada «Rostos e Percursos», seguindo-se um jantar com as galardoadas e familiares. No dia 8, Jorge Sampaio continuou no distrito de Leiria a comemorar o Dia da Mulher, visitando três empresas geridas por mulheres e participando numa mesa-redonda sobre o tema escolhido para as comemorações deste ano: «Conciliação entre vida profissional e familiar».

Kofi Annan apela ao fim da discriminação

Lá fora a efeméride mereceu a atenção de figuras notáveis do panorama político internacional.

O secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, apelou, por ocasião do Dia da Mulher, ao fim da discriminação e das desvantagens que as mulheres sofrem em vários domínios.

«Neste último Dia Internacional da Mulher antes do novo milénio dediquemo-nos, uma vez mais, a eliminar a discriminação e as desvantagens que as mulheres sofrem, quer no mundo do trabalho, no acesso aos cuidados de saúde, na prestação de serviços sociais (...) quer, o que talvez seja mais importante, no lar», disse Kofi Annan, na mensagem recentemente divulgada.

O secretário-geral da ONU fez ainda votos para que se entre «no novo milénio com a perspectiva de a igualdade entre a mulher e o homem estar assegurada em todo o mundo».

Depois de fazer um levantamento dos progressos conseguidos na luta pela igualdade de direitos entre a mulher e o homem e pela plena integração das mulheres no pro-

cesso de desenvolvimento, Annan lembrou, contudo, que as «mulheres continuam a pagar com a vida a carência de cuidados de saúde».

«As doenças evitáveis e o acesso desigual aos cuidados de saúde afectam ainda as mulheres e as jovens, em particular as do sector rural. Para nossa vergonha, a mortalidade materna e infantil mantém-se elevada em diversos países, em consequência tanto de insuficientes cuidados pré-natais, no parto e no pós-parto, como das limitações que afectam os programas de planeamento familiar», disse.

Por outro lado, observou, a infecção com o vírus da sida continua «a aumentar entre as mulheres e os países carecem ainda de programas que visem a prevenção e o tratamento do HIV».

Apesar de em muitos países terem sido incluídas na Constituição ou integradas em reformas legislativas disposições que garantam o gozo dos direitos humanos sem discriminação com base no sexo, e de a nível internacional terem sido tomadas «medidas energéticas», Kofi Annan reconhece que «muito há ainda a fazer».

Entre os novos desafios do novo milénio, apontou, em primeiro lugar, o impacto da globalização, da liberalização, da reestruturação económica e da privatização nas mulheres.

«A pobreza entre as mulheres parece estar a acentuar-se. As mulheres representam uma percentagem desproporcionada dos desempregados e dos subempregados», alertou o secretário-geral da ONU, que recordou que, no próximo ano, terão decorrido cinco anos desde a aprovação da Declaração e da Plataforma de Acção de

Pequim. Tratou-se do primeiro plano mundial com carácter global que incide sobre áreas que são decisivas para o progresso das mulheres.

«Cara-a-cara»

Entretanto, e para que os ideais da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres ganhem contornos menos fluidos, agita-se já a simbologia de um projecto.

Um laço lilás é o símbolo da campanha internacional «Cara-a-cara», que visa dar a conhecer a situação de milhões de mulheres que no mundo vêm negados os acessos aos cuidados de saúde sexual, reprodutiva e planeamento familiar.

A campanha, a lançar no dia 8 de Março - Dia Internacional da Mulher -, decorrerá durante três anos e procura alertar os cidadãos para o facto dos direitos das mulheres serem direitos humanos.

A iniciativa, a que já aderiram Irlanda, Finlândia, França, Bélgica, Dinamarca, Portugal e Holanda, visa ainda fomentar o apoio financeiro para a criação de serviços que facilitem a todas as mulheres o exercício dos seus direitos sexuais e reprodutivos. Catarina Furtado é quem em Portugal «empresta» o rosto à «Cara-a-cara», campanha financiada por 19 instituições internacionais, cuja porta-voz nos Estados Unidos é protagonizada pela ex-Spice Girl Gerry Hall. «Pensar, perguntar, questionar, falar, reunir e influenciar» são - segundo disse à Agência Lusa Sara Moreira, da APF - algumas das coisas que se podem fazer para alertar para os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

CIDADES DIGITAIS EM TODO O PAÍS

O ministro da Ciência e Tecnologia, Mariano Gago, afirmou no dia 5, em Aveiro, que o Governo aposta no combate ao que designou por «info-exclusão», através da extensão do programa de cidades digitais a todo o País.

«Temos de passar rapidamente das cidades digitais para o Portugal Digital», disse Mariano Gago na assinatura do financiamento ao programa «Aveiro cidade digital». Na apresentação dos projectos seleccionados pelo programa, Mariano Gago referiu que além da cidade aveirense, onde foi lançado há um ano o programa, são já cidades digitais Guarda e Bragança, estando também em fase adiantada o processo da Marinha Grande, que visa reforçar a competitividade da indústria de moldes.

«Trata-se de um programa de dinamização das cidades, usando tecnologias da informação para o seu desenvolvimento, e não de um programa de equipamentos», salientou o ministro da Ciência e Tecnologia, que defendeu a popularização do uso das novas tecnologias.

O governante referiu que «o processo das cidades digitais tem um grande objectivo, que deixou de ser técnico para ser de desenvolvimento, e o programa propõe à escala europeia um modelo de certificação, baseado na acessibilidade das tecnologias da informação à generalidade da população».

«A nossa opção é combater desde a primeira hora a info-exclusão e a dificuldade do programa está associada ao seu mérito: exige competência humana, articulação institucional e experiência de acção colectiva entre pessoas e entidades e é isso que é difícil», disse.

O ministro do Equipamento, Planeamento e Administração do Território, João Cravinho, salientou a capacidade de dinamismo, inovação e direcção estratégica das entidades envolvidas e considerou que «a tecnologia vive uma fase de explosão, mas em que o acento tónico tem de ser a sociedade».



«Tem problemas como a info-exclusão e o abuso da privacidade e não há que endeusar esse novo bezerro de ouro», advertiu Cravinho.

O ministro referiu o objectivo de, em oito anos, ter as cidades digitais portuguesas certificadas.

«Significa que temos de avançar ao mesmo tempo de outros e temos de fazer simultaneamente o avanço que outros fizeram em certos campos, fazer ao mesmo tempo a parte mais avançada de apropriação social, e operar sobre o novo, como sobre o tradicionalíssimo, modernizando-o», explicou.

O ministro do Equipamento considerou que, no próximo Quadro Comunitário de Apoio (QCA), «mal ficará o País se não soubermos resolver como se encontra equacionada a sociedade de informação: nos vários eixos e intervenções operacionais: na agricultura, nas pescas, nos portos, sobretudo na saúde e na educação».

O ministro fez ainda uma referência ao papel da Portugal Telecom: «Vai ter aqui um grande negócio como dirá alguém, mas

também custos acumulados, com sentido de solidariedade e dever nacional.»

Projectos no valor de um milhão de contos

Recorde-se que os ministros da Ciência e da Tecnologia e do Equipamento, Planeamento e Administração do Território assistiram, recentemente, em Aveiro, à apresentação de 40 projectos a desenvolver no âmbito do Programa Cidades Digitais.

Este Programa, da responsabilidade do Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT), contempla para Aveiro um investimento de 1 119 626 contos a distribuir pelos 40 projectos.

Trata-se de uma verba maioritariamente proveniente do FEDER, através da Intervenção Operacional de Telecomunicações (731 585 contos), estando a comparticipação nacional a cargo das entidades proponentes dos projectos (388 041 contos). É o maior investimento no conjunto das intervenções do Programa Cidades Digitais.

No final da cerimónia foi assinado o termo

de aceitação do financiamento concedido entre o Consórcio/Fundação para a Cidade Digital (que implementa os projectos de Aveiro) e a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, entidade gestora do financiamento do Programa Cidades Digitais.

O Consórcio/Fundação para a Cidade Digital é formado pela Câmara Municipal de Aveiro (que preside), Universidade de Aveiro e Centro de Estudos de Telecomunicações, três dos principais promotores dos projectos aprovados.

Por área de intervenção, os projectos Aveiro Cidade Digital distribuem-se do seguinte modo: «Informação, Cultura e Lazer» (12 projectos), «Construir a Comunidade Digital» (6 projectos), «Escola e Comunidade Educativa» (6 projectos), «Autarquias e Serviços de Âmbito Concelhio» (5 projectos), «Solidariedade Social» (3 projectos), «Teci- do Produtivo» (6 projectos), «Universidade e Comunidade Educativa» (1 projecto), «Saúde» (1 projecto).

O Programa Cidades Digitais, criado pelo MTC, no quadro da Iniciativa Nacional para a Sociedade da Informação, destina-se a apoiar acções que concretizem alguns dos objectivos relevantes do Livro Verde para a Sociedade da Informação, aprovado em Abril de 1997 pelo Conselho de Ministros.

O programa organiza-se em duas fases. A primeira, a decorrer desde 1998 e até final de 1999, passou pela escolha de um pequeno número de vectores de intervenção e um número reduzido de cidades. A segunda, a decorrer nos próximos anos (2000-2006), beneficiará da experiência entretanto adquirida para reforçar e estimular as iniciativas públicas e privadas em todas as regiões do país - Programa Portugal Digital. O primeiro protocolo Cidades Digitais foi assinado em 30 de Outubro de 1998, relativo ao projecto «Pelos Minorias».

Em 26 de Janeiro foi a vez da Guarda formalizar parcerias para o projecto Guarda - Cidade Digital, tendo Bragança celebrado idêntico acto no dia 22 de Fevereiro.

JUSTIÇA

Assinado acordo

NOVAS CARREIRAS EM MEDICINA LEGAL

Das novas carreiras no âmbito da medicina legal foram criadas, no dia 4, ao abrigo de acordos assinados entre o Ministério da Justiça e duas estruturas sindicais da Administração Pública.

Os acordos relativos ao projecto de lei que regulamenta as carreiras específicas de especialista superior em medicina legal e técnico ajudante de medicina legal, bem como o projecto de portaria que fixa o valor do respectivo índice 100 foram assinados en-

tre a Secretaria de Estado da Justiça, a Federação Nacional dos Trabalhadores da Função Pública e o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública.

As duas carreiras foram formalmente criadas pelo decreto-lei 11/98, de 24 de Janeiro, mas só agora regulamentadas por novo diploma, com escala indicatória própria.

O valor do índice 100 das carreiras de especialista superior de medicina legal e de técnico ajudante de medicina legal cifra-se em 107 603 escudos e é igual ao estabele-

cido para o pessoal de apoio à investigação criminal da Polícia Judiciária (PJ).

Os Institutos de Medicina Legal são serviços do Ministério da Justiça que têm por atribuição coadjuvar os tribunais na realização da justiça, procedendo aos exames e perícias de medicina legal nos termos da lei, e cooperar com os demais serviços e entidades que intervêm no sistema de judicial.

Os serviços de medicina legal constituem um subsistema essencial à investigação criminal, nomeadamente por virtude da sua

função de coadjuvação e apoio ao Ministério Público e aos órgãos de Polícia Criminal no âmbito das finalidades de inquérito, em especial no que se refere à revelação dos meios de prova em processo penal.

Assim, o diploma considera que a similitude de funções justifica que as carreiras de especialista superior e de técnico ajudante de medicina legal correspondam a estrutura idêntica à prevista para o pessoal de apoio à investigação criminal, com ao mesmo índice 100.

QUALIDADE ALIMENTAR

Fiscalização das lotas

SAÚDE PÚBLICA GARANTIDA

«A garantia da qualidade dos produtos alimentares em geral e, do pescado em particular, visando a salvaguarda da saúde pública, está, no essencial assegurada, constituindo a sua melhoria uma das prioridades deste Governo».

Este foi o esclarecimento que a Secretaria de Estado de Modernização Agrícola e da Qualidade Alimentar tornou público, no dia 8, em nota dirigida à Imprensa, como resposta às «notícias alarmistas» sobre a qualidade do peixe consumido pelos portugueses, divulgadas por um matutino, também na segunda-feira passada.

Neste contexto, foi anunciado, ainda no dia 8, que o Ministério da Agricultura contratou mais 82 médicos veterinários e auxiliares de inspeção, que a partir de 18 de Março vão reforçar as acções de fiscalização do pescado nas 16 lotas existentes em Portugal. O secretário de Estado da Modernização Agrícola e da Qualidade Alimentar, Luís Vieira, garantiu, em comunicado, que a qualidade do pescado consumido em Portugal está assegurada e a saúde pública salvaguardada.

A Secretaria de Estado adianta igualmente que o peixe consumido pelos portugueses «é sujeito a vários controlos higio-sanitários e acções de fiscalização antes da chegada ao consumidor final», por diferentes entidades, como a Direcção Geral de Fis-



calização e Controlo da Qualidade Alimentar, Direcção-Geral de Veterinária, Inspeção-Geral das Actividades Económicas e os médicos veterinários municipais.

A título de exemplo, a nota para a Imprensa refere que, na passada semana, foram apreendidas 340 toneladas de cavala que não respeitavam os requisitos previstos na legislação aplicável.

«A inspeção sanitária do peixe descarregado em lotas foi prevista na lei em 1957, tendo sido implementada a partir de 1965 nas lotas de Pedrouços e Sesimbra, exactamente por serem aquelas que recebem pescado de países mais afastados e sujeito, por isso a eventuais problemas de acondicionamento e conservação durante o transporte», explica o documento do gabi-

nete do secretário de Estado da Qualidade Alimentar, acrescentando que, no caso do pescado oriundo de outros países terceiros, «há ainda a considerar a existência de nove postos de inspeção fronteiriça onde o controlo sanitário é assegurado por 12 médicos veterinários».

Apesar de garantir que todas as medidas de sanidade exigidas por lei estão a ser cumpridas, na nota para a Imprensa reconhece-se a necessidade de reforçar o controlo de pescado em lota, «por forma a assegurar uma inspeção mais completa e alargada nesta vertente, com incidência nas 16 lotas existentes no País». Daí a contratação de técnicos especializados (82 veterinários) e auxiliares de inspeção.

Pretende-se colocar assim um ponto final numa situação que perdura há 42 anos. Por último, a nota do gabinete do secretário de Estado de Modernização Agrícola e

da Qualidade Alimentar frisa que é importante clarificar «a alegada existência de sete lotas ilegais».

«Tal não corresponde, de facto, à verdade, desde logo porque quatro daqueles locais, incorrectamente designados por lotas, constituem na realidade postos de venda, cujo controlo higio-sanitário é assegurado pelo respectivo médico veterinário municipal», lê-se no documento.

Quanto aos restantes três lotas (Aveiro, Cascais e Vila Real de Santo António), a Secretaria de Estado sublinha a importância de fazer a distinção dos requisitos estabelecidos para as estruturas físicas das lotas - «cujas novas instalações em fase adiantada de construção aguardam para breve o necessário licenciamento» - dos requisitos de inspeção sanitária que a entrada em funções dos veterinários e auxiliares já referidos «irá colmatar». M.R.

PAC

Capoulas Santos defende

MELHORIAS PARA OS AGRICULTORES PORTUGUESES

Capoulas Santos continua a defender intransigentemente os interesses dos agricultores portugueses no quadro das negociações da PAC.

Assim, no dia 4, o ministro da Agricultura português disse que votará contra qualquer projecto de reforma da Política Agrícola Comum (PAC) que não assegure o aumento das transferências do orçamento agrícola da União Europeia para Portugal.

«Estou na disposição de manter uma posição de grande intransigência até ao final desta negociação (da PAC)», disse Capoulas Santos, em Bruxelas, antes da retoma dos trabalhos do Conselho de Ministros da Agricultura dos Quinze.

A reunião foi dedicada em exclusivo à negociação final do projecto de reforma da Política Agrícola Comum, um dos capítulos da Agenda 2000, que contém as propostas da Comissão Europeia sobre o quadro económico-financeiro da UE para os anos 2000-2006.

Altamente desiludido com as propostas parciais de compromisso sobre a mesa do Conselho, que considera inaceitáveis, o ministro português disse estar na disposição de assumir «a recusa que vier a ser necessária, seja ela qual for» e ainda que fique isolado face aos outros ministros.

Capoulas Santos duvida, no entanto, que a Presidência alemã em exercício feche a negociação se contar com o voto contra de um país, sobretudo se se tratar de Portugal, aquele que menos beneficia da PAC, ainda que, teoricamente, a unanimidade dos quinze ministros não seja aqui requerida.

Capoulas Santos disse que «nunca dará o seu aval» ao acordo final sobre a PAC a

menos que o Conselho resolva «questões fundamentais» para Portugal, o qual «quer ganhos em todos os tabuleiros».

O objectivo global de Portugal para a negociação consiste em garantir «para os agricultores nacionais, melhorias em termos de ajudas que recebem da UE» comparativamente à actualidade.

O que está em causa, precisou Capoulas Santos, é um problema de distribuição dos dinheiros do FEOGA-Garantia (fundo europeu destinado ao apoio dos mercados agrícolas).

Além dos resultados, o ministro português também contesta o método da negociação. Neste contexto, acusa a Presidência de tratar bem uma minoria de países e de maltratar outros.

As exigências sectoriais de Portugal incluem a flexibilização de quotas leiteiras subutilizadas, o aumento de quotas para o trigo duro e tomate, o aumento da área de cultivo de cereais irrigados, o aumento dos prémios para as vacas aleitantes, mais direitos de produção para o sector do vinho e o aumento do número de bovinos machos elegíveis para o prémio da UE.

Lisboa exige ainda ganhos no domínio do desenvolvimento rural, o que implica por exemplo evitar que as indemnizações compensatórias (apoios ao rendimento das zonas agrícolas desfavorecidas) sejam condicionadas ao respeito do ambiente.

No capítulo financiamento, o Governo português pretende a limitação das ajudas agrícolas de duas formas: através de um tecto (um montante máximo) por exploração e pela compensação diferenciada em função do tamanho e da produtividade das explorações.

AGRICULTURA

DRABL

ACÇÕES DE FORMAÇÃO PARA MULHERES RURAIS

A Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral (DRABL) vai proporcionar acções de formação às mulheres rurais e que trabalham na agricultura, ao abrigo de um protocolo assinado, no passado dia 3, em Coimbra.

O documento, celebrado com a Associação de Mulheres Agricultoras de Portugal (AMAP), permitirá ao organismo desenvolver o projecto «Mulheres, Informação e Desenvolvimento Rural», aprovado no âmbito da medida B2 - Outros Agentes Colectivos no Programa de Iniciativa Comunitária LEADER II -, que receberá uma comparticipação de 35 mil contos (174 280 euros e equivalente a 75 por cento das despesas).

«A realização desta acção na Região Centro justifica-se porque é a que tem maior taxa de participação feminina na agricultura, a nível comunitário», defendeu a coordenadora do projecto, Olinda Castro, que falava na cerimónia de assinatura do protocolo com a DRABL.

«O importante papel da mulher como agente de desenvolvimento rural e o seu peso nas explorações agrícolas familiares» é o ponto de partida do programa, que visa

fomentar diversas actividades alternativas ou complementares ao rendimento.

A acção, que se realiza entre Novembro de 1999 e Abril de 2000, destina-se a mulheres agricultoras ligadas, directa ou indirectamente, à actividade, tais como mulheres ou filhas de agricultores, dos 18 aos 50 anos.

Entre os temas do programa, que serão escolhidos pelas participantes, segundo as suas necessidades e interesses, destacam-se o «Autoconsumo e Alimentação», «Pequenas Indústrias», «Turismo Rural», «Comercialização de produtos Agrícolas», «Gastronomia Regional» e «Contabilidade e Gestão Agrícola».

O director-geral do Desenvolvimento Rural, Miguel Freitas, salientou que a acção «consubstancia os quatro pilares fundamentais do desenvolvimento rural: a cooperação, a tradição, a inovação e a qualificação das pessoas».

O projecto «Mulheres, Informação e Desenvolvimento Rural» pretende incentivar a inserção das mulheres no sector agrícola, promover o seu estatuto socioprofissional e dinamizar as populações locais, facilitando a divulgação dos diferentes recursos existentes.

NOVOS SERVIÇOS PARA DEFICIENTES

O primeiro-ministro, António Guterres, inaugura no dia 4, o Complexo Sociolaboral e de Reabilitação do Centro de Educação para o Cidadão Deficiente de Mira-Sintra (CECD), que irá proporcionar novos serviços à população do concelho.

Laurinda Ferreira, assessora de direcção do centro, disse à Comunicação Social que o novo centro de medicina física e reabilitação «vai servir cerca de cinco mil utentes por ano».

O CECD, que desde 1976 vem lutando pela igualdade de oportunidades das pessoas com deficiência, tem seis estruturas espalhadas pelo concelho de Sintra.

Inclui um Serviço de Intervenção Precoce, Escola de Educação Especial, Centro de Actividades Ocupacionais, Centro de Formação Profissional, Centro de Emprego Protegido e Unidade de Apoio à Família. Durante a cerimónia de inauguração foram visitadas as instalações «com destaque para as oficinas de serralharia, sala de música, ginásio, sala de informática e casas de banho adaptadas às condições físicas dos deficientes», adiantou Laurinda Ferreira.

O empreendimento custou cerca de 450 mil contos, co-financiados pelo Fundo de Desenvolvimento Regional e pelo Governo.

De acordo com o vereador da Câmara Municipal de Sintra responsável pelo pelouro da Saúde, o investimento por parte da



autarquia, quer na construção do centro quer deste novo complexo, rondou os 43 mil contos.

No acto oficial de inauguração do Complexo Sociolaboral e de Reabilitação de Mira-Sintra, António Guterres dirigiu um apelo a toda a sociedade para o apoio aos deficientes.

Há, infelizmente, muitas pessoas portadoras de deficiência, as famílias conhecem o problema, mas muitos vivem indiferentes

em relação a ele, quando a realidade é que «tem que ser uma preocupação de toda a sociedade», afirmou.

O Governo vai criar para os deficientes vagas na Administração Pública, ao mesmo tempo que vai aumentar entre 25 e 50 por cento os incentivos à criação de postos de trabalho desde que contemplem cidadãos deficientes no âmbito dos sistemas de incentivo ao emprego já existentes, disse o primeiro-ministro.

De Mira-Sintra, o chefe do Executivo socialista seguiu para Lisboa, onde inaugurou, na Ajuda, o novo edifício sede da Liga Portuguesa de Deficientes Motores (LPDM), que teve de aguardar dez anos antes de, em 1996, se ter iniciado a sua construção, que implicou um investimento de quase 350 mil contos, a maior parte do qual financiado pelo Estado.

Ali, Guterres visitou a primeira piscina para hidroterapia construída em Portugal, equipada com um sistema hidráulico para elevação do seu próprio chão, o que permite a sua utilização por crianças a partir dos três anos e por jovens portadores de multideficiência grave.

Nos últimos anos, o apoio do Governo aos deficientes traduziu-se nomeadamente em investimentos de 4,96 milhões de contos para construção e adaptação de infra-estruturas e 25 milhões para programas visando a integração económica e social de pessoas com deficiência.

Além disso, aprovou legislação visando a progressiva eliminação de barreiras arquitectónicas e facilitar o uso de cães-guia por deficientes visuais e prepara a implementação de uma quota para deficientes na Administração Pública.

O ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, Maria Barroso e Costa Brás (que tem uma filha deficiente e é presidente do Conselho Nacional para a Integração e Recuperação da Pessoa Deficiente) encontravam-se entre os presentes.

MAIS FÁCIL ANDAR DE COMBOIO

O Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD) assinou recentemente um protocolo visando a acessibilidade nos transportes ferroviários e está a elaborar legislação relativa à habitação.

Vitorino Vieira Dias, secretário nacional de reabilitação, sublinhou que a assinatura do protocolo de cooperação com a Rede Ferroviária Nacional (REFER) e a Companhia Portuguesa de Caminhos de Ferro (CP) «não é uma excepção à linha estratégica do Secretariado».

A propósito, o responsável lembrou a lei de 1997, que torna obrigatória a adopção de um conjunto de normas técnicas básicas de eliminação de barreiras arquitectónicas em edifícios públicos, equipamentos colectivos e via pública para melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada.

Segundo Vitorino Vieira Dias, o SNRIPD tem efectuado contactos com os Governos Ci-

vis e os presidentes das Câmaras Municipais no âmbito de sua acção de informação e sensibilização para o cumprimento da lei.

O responsável recordou que, além do milhão de portadores de deficiência, todos os cidadãos com problemas de locomoção (idosos, os que têm lesões temporárias, etc.) beneficiam com a melhoria dos acessos. Na linha de acção que tem seguido, o Secretariado está actualmente a elaborar um diploma sobre a acessibilidade à habitação, que, segundo Vitorino Vieira Dias, estabelecerá normas relativas à construção.

Acessibilidade à habitação

«A habitação não será mais cara, é mais uma questão de sensibilização», adiantou. Para o presidente da Associação Portuguesa de Deficientes (APD), quer o protocolo quer a futura legislação sobre habitação são boas notícias.

Considera, no entanto, que há ainda um lon-

go caminho a percorrer em termos de acessibilidade.

Humberto Santos referiu que, apesar das dificuldades, Lisboa, Porto e Coimbra são uma excepção, em relação ao resto do País onde a situação «é calamitosa».

«Não há qualquer tipo de acessibilidade, nem preocupação conhecida», adiantou. Em relação à lei de 1997, Humberto Santos lamentou apenas que as coimas sejam «tão baixas que são quase apelativas ao seu incumprimento».

O protocolo de cooperação assinado por ocasião da inauguração do novo auditório do SNRIPD, numa cerimónia que foi presidida pelo secretário de Estado da Inserção Social, Rui Cunha, um governante particularmente sensibilizado para esta problemática, visa «garantir às pessoas com mobilidade condicionada, designadamente as portadoras de deficiências motoras e sensoriais, a máxima autonomia na utilização das estações e dos transportes ferroviários».

No âmbito do protocolo, a REFER irá desenvolver um plano de intervenção que visa as passagens desniveledas (por rampa ou elevador), as passadeiras de nível, as instalações sanitárias e os guichets/balcões de atendimento.

A CP cumpre garantir, nas composições novas ou modernizadas, a circulação dos passageiros que utilizem cadeiras de rodas e montar um serviço de apoio e de prestação de informação aos passageiros com mobilidade condicionada.

A empresa deverá ainda adquirir material «standard», de acordo com as orientações comunitárias, sempre que haja renovação do material circulante.

Ao Secretariado caberá a organização e/ou colaboração em acções de formação e sensibilização do pessoal da REFER e da CP, bem como a divulgação das adaptações que forem sendo realizadas por estas empresas junto das pessoas com deficiência e das organizações não-governamentais que intervem na área da deficiência e reabilitação.

NÚMEROS SÃO MENOS PRECUPANTES

O flagelo do trabalho infantil tem vindo a diminuir nos últimos anos, depois do «boom» registado nos tempos do consulado laranja de Cavaco Silva.

Na altura, recorde-se, o Governo de centro-direita laranja mais preocupado com os números do que com as pessoas e numa lógica de endeusamento do mercado, não actuou, esperando, talvez, que a «mão invisível» resolvesse o problema.

Eram os tempos do «laissez faire laissez passer». O que interessava, acima de tudo, era mostrar obra, se possível em betão. A diminuição do trabalho infantil não é alheia à vontade do Governo do PS em eliminar as causas que estão na origem do problema e penalizar fortemente os «empresários», principalmente da Zona Norte, que recorrem à mão-de-obra infanto-juvenil, fazendo ainda concorrência desleal.

O problema do trabalho infantil em Portugal «afecta apenas poucas dezenas de milhares» de menores, sendo os números agora fornecidos por um grupo de trabalho nomeado pelo Governo mais reduzidos que os normalmente divulgados por organizações nacionais e internacionais.

Segundo um relatório preliminar do Progra-



ma para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PEETI), que foi entregue ao Governo, o problema tem vindo a diminuir em Portugal, centrando-se essencialmente nalguns concelhos do Norte e do Centro-Norte do País.

Tendo por base o estudo cruzado de vários inquéritos e estudos que se debruçaram sobre o problema do trabalho infantil, o PEETI concluiu por um número entre os 18 mil e os 43 mil menores em situação de «exploração».

A grande «décadência» do intervalo estatístico proposto deve-se à dificuldade de caracterização legal do problema, que pode (ou não) envolver trabalho independente, e às especificidades sociológicas do trabalho rural prestado em exploração familiar.

Segundo as mesmas fontes, as crianças que abandonam a escola precocemente e «optam» por trabalhar fazem parte, em geral, de agregados familiares pobres, com fracas expectativas de mobilidade social ascendente através da escolarização.

De entre estes, avulta «um número significativo de menores de etnia cigana», para os quais - entre outros - os responsáveis pelo Programa recomendam «uma maior integração social».

No entanto, nem só os problemas económicos levam os mais jovens a procurar trabalho precocemente.

Razões económicas e desmotivação

Segundo um estudo efectuado em nove concelhos-piloto (considerados com maior incidência de trabalho infantil), em 172 casos acompanhados as razões invocadas pelos adolescentes para o abandono escolar são, por ordem decrescente, a «desmotivação e não gostar de estudar» (32 por cento), «dificuldades de aprendizagem»

(23,3 por cento), «falta de apoio por parte da família» (9,8 por cento), «razões de natureza económica e de sobrevivência da família» (5,8 por cento) e «vontade dos pais» (5,7 por cento).

O relatório aponta para que, «se o trabalho pode ser prejudicial aos menores, pode, dentro de certos limites, ser um factor de realização, de desenvolvimento e de integração familiar e social», o que leva os responsáveis pelo estudo a referirem que «nem todo o trabalho de crianças deva ser estigmatizado e proibido».

Sanções aos «empresários»

Apesar disso, o PEETI recomenda a criação de um regime de sanções de natureza cível (pecuniárias) para os «empresários» sem escrúpulos de qualquer espécie que empregam ilegalmente menores.

O documento propõe mesmo que o montante das sanções sirva para «um fundo destinado a bolsas de formação ou outras estratégias de compensação dos menores vítimas».

J. C. C. B.

DUPLICAR APOIO DOMICILIÁRIO A IDOSOS

O secretário de Estado da Inserção Social, Rui Cunha, disse no dia 4, em Monção, que o Governo pretende «duplicar» até ao final da legislatura o apoio domiciliário aos idosos e «alargar as respostas» nos centros de dia.

Rui Cunha falava na inauguração do Centro de Dia do Centro Paroquial e Social de Barbeita, no âmbito de uma visita ao distrito de Viana do Castelo, que incluiu a inauguração de outros equipamentos de acção social, que implicaram um investimento na ordem dos 400 mil contos (cerca de dois milhões de euros).

O governante destacou ainda a possibilidade de serem criados centros de noite para os idosos que não queiram abandonar os seus domicílios, mas que tem medo de ficar sozinhos durante a noite, podendo pernoitar num local com outros idosos e, assim, «quebrar a solidão e esse temor».

Do programa da visita, constou ainda a inauguração do Centro de Dia e do *Atelier* de Tempos Livres (ATL) do Centro Social e Paroquial de Moledo, em Caminha, a funcionarem desde Outubro de 1998, com uma capacidade para 35 idosos e 25 crianças, respectivamente, e da sede do Centro Social e Paroquial de Deão, em Viana do Castelo.

Integrada ainda na visita, esteve a inauguração do Centro de Actividades Ocupacionais (CAO) Maria do Céu Boucas, da sub-delegação de Ponte da Barca da

Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM). Este espaço, destinado a jovens e adultos com deficiência mental e com capacidade para 20 utentes, resulta da conjugação de esforços entre a Câmara de Ponte da Barca, a Santa Casa da Misericórdia e a APPACDM, disse o director da delegação de Viana do Castelo desta associação, Manuel Domingues.

Referindo-se ao conjunto de equipamentos inaugurados, Rui Cunha sublinhou que significa um «esforço colectivo» da administração central, do poder local e das instituições de solidariedade social e acrescentou que «não é possível um parceiro isoladamente levar o barco a bom porto».

O secretário de Estado da Inserção Social salientou que é neste «espírito de conjugação de esforços» que se poderá prosseguir o «pacto de cooperação para a solidariedade social», celebrado em finais de 1997 entre várias entidades e assinado pelo primeiro-ministro, a partir do qual resultou um documento relativo a Rede Social, que revestiu a forma de resolução de Conselho de Ministros.

Este documento tinha como objectivo promover uma intervenção mais directa e eficaz junto dos mais carenciados, através do levantamento das necessidades existentes em cada concelho, por forma a serem traçadas as prioridades em termos de intervenção social.

SERVIÇO TELEFÓNICO DE ATENDIMENTO PEDIÁTRICO: UM SUCESSO

O novo serviço telefónico de atendimento pediátrico «Saúde 24» - cuja sede, em Lisboa, foi visitada no dia 3, pela ministra da Saúde, Maria de Belém - está a receber 200 chamadas em média por dia.

«No primeiro dia de funcionamento, na última quarta-feira, recebemos 58 chamadas, mas agora a média é de 200 por dia, o que demonstra o interesse suscitado por este novo serviço», disse o respectivo coordenador, Coelho Rosa, à Imprensa.

Recorde-se que o «Saúde 24», que está em linha 24 horas por dia em Lisboa, Almada e Coimbra, visa equilibrar «a afluência exagerada e injustificada aos serviços de urgência médica hospitalares», segundo um comunicado do Ministério da Saúde. «Nessa medida, é um serviço educativo», sublinhou Coelho Rosa.

Através do número azul 0808 242400 (com o custo de uma chamada local), os pais são orientados para os serviços correctos, depois de descreverem os sintomas e fornecerem informações sobre a criança.

Do outro lado da linha estão enfermeiros

especialmente formados e apoiados por um sistema científico que permite adequar a prestação de cuidados de saúde às reais necessidades dos utentes.

Ainda em linha, os responsáveis que atendem a chamada orientam e aconselham os pais das crianças, mediante a gravidade do quadro clínico.

Em caso de necessidade, e se o doente for enviado para alguma unidade de saúde, estará à sua espera uma equipa preparada que terá disponível a informação sobre a criança.

O «Saúde 24» é inspirado em programas norte-americanos e ingleses bem sucedidos e pretende desempenhar um papel pedagógico ao ensinar os utentes a fazer uma utilização mais racional dos serviços de saúde.

Trata-se de um «teste-piloto» em Lisboa, Almada e Coimbra, que poderá no futuro ser estendido a outras zonas do País, «mediante o resultado desta experiência» lançada pelo Ministério da Saúde, disse ainda Coelho Rosa.



Albufeira

Crianças vão ao Jardim Zoológico

Com o objectivo de proporcionar aos alunos dos jardins-de-infância e escolas do 1º ciclo diversas visitas ao Jardim Zoológico de Lisboa, a Câmara Municipal de Albufeira vai pagar uma quota de 420 mil escudos, o que corresponde a 750 bilhetes de acesso.



Câmara defende consumidores

A Câmara Municipal vai assinar um acordo de colaboração com o Centro de Arbitragem de Litígios de Reparação Automóvel. O protocolo visa facilitar a resolução de litígios num sector onde a conflitualidade é frequente.

A autarquia pretende, desta forma, contribuir decisivamente para a confiança dos consumidores e para a melhoria da sua qualidade de vida.

Edilidade patrocina Congresso do Algarve

O município de Albufeira vai atribuir uma verba de 350 mil escudos à organização do X Congresso do Algarve, que decorrerá nos dias 16 e 17 de Abril, em Alvor.

Cabeceiras de Basto

Apoio ao ensino

O Executivo da Câmara de Cabeceiras de Basto deliberou tomar posição no sentido de manter em funcionamento a Telescola de Vilar das Cunhas, por considerar que se trata de uma freguesia serrana situada a uma distância assinalável da sede do concelho. Por outro lado, a autarquia tomou conhecimento, através de comunicação do ministro da Administração Interna, que a GNR se manterá no actual posto até à construção do novo quartel, que se iniciará durante este ano.

Cascais

Homenagem aos capitães de Abril

A Câmara Municipal de Cascais homenageou no passado dia 5 os capitães de Abril, centrando nesta data as comemorações do 25º aniversário do 25 de Abril, dia em que se assinalam os 25 anos da reunião ocorrida em Cascais, a 5 de Março de 1974, que foi um encontro decisivo para o Movimento dos Capitães.

Foi descerrada uma placa alusiva à reunião realizada em 5 de Março de 1974, no atelier do arquitecto Braula Reis, na Rua Visconde da Luz, em Cascais, local onde se realizou uma das últimas e decisivas reuniões preparatórias do 25 de Abril de 1974.

Nesta data, recorde-se, reuniram-se clandestinamente, em Cascais, 197 oficiais dos três ramos das Forças Armadas, tendo sido aprovado o texto-base daquele que viria a ser o Programa do MFA.

Fafe

Informatização das escolas primárias

Visando contribuir para uma efectiva mudança da escola, a Câmara Municipal de Fafe e o Centro de Competência da Cercifap propõem-se alargar ao primeiro ciclo do ensino básico as novas tecnologias de informação e comunicação.



O objectivo é contribuir para a introdução e generalização naquele grau de ensino da informatização, promovendo assim uma melhoria qualitativa nos processos de ensino.

Férias Desportivas Páscoa-99

O município de Fafe vai promover, entre os dias 29 e 31 de Março, o programa Férias Desportivas Páscoa-99, destinado aos alunos das escolas do ensino básico e secundário, dos 10 aos 18 anos de idade.

Com esta iniciativa, a edilidade visa proporcionar aos jovens uma ocupação saudável e valorativa do tempo de lazer durante três dias das férias da Páscoa.

Apoio à aquisição de viaturas

Por proposta do presidente da edilidade, vão ser contempladas mais sete juntas de freguesia do concelho com verbas para apoio à aquisição de viaturas de transporte e viaturas para limpeza ou outros serviços.

Lisboa

Exposição de fotografia

Numa iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa, está patente ao público até ao dia 29 de Março, no Centro Comercial Colombo, Loja 0.007, uma exposição de fotografia de Carlos Gil, intitulada «Casal Ventoso no Vendaval da Mudança».

Matosinhos

Plano de actividades culturais

Música, teatro, animação e artes plásticas são as vertentes principais do Plano de Actividades para o corrente semestre, aprovado pela Câmara de Matosinhos para a área da Cultura.

No âmbito da iniciativa «Música em Matosinhos», o programa de actividades abre no dia 13 com um concerto pelo solista francês Eric Le Sage, seguindo-se, três dias depois, o Quinteto Suggia e, no dia 26, Nuno Vieira de Almeida e Inês Calavanz. Até ao final de Junho, actuam em Matosinhos, no Salão Nobre da Câmara, Rui Taveira e Jaime Mota (30 de Abril), Quinteto Khora Ensemble (5 de Maio), Quinteto Suggia (1 de Junho), Pedro Couto Soares e Jaime Mota (18 de Junho) e a cravista Ana Mafalda Castro (25 de Junho).

Ainda na iniciativa «Música em Matosinhos», estão programados quatro espectáculos na Igreja Bom Jesus de Matosinhos, nos dias 23 de Março, 23 de Abril, 7 de Maio e 3 de Junho, integrados no ciclo «Música Antiga dos Sécs. XVII/XVIII».

Na área do teatro, estão previstos três espectáculos, com a comédia «Arte», pelos actores António Feio, José Pedro Gomes e Miguel Guilherme, assim como uma homenagem a Maria Callas, um espectáculo que congrega a alta costura, o teatro e o belcanto, no dia 12, no Salão Nobre da Câmara.

Mais tarde, a 15 e 16 de Abril, apresenta-se no Centro de Desportos e Congressos a peça «Vassilissa», pelo Grupo de Teatro O Bando, em quatro sessões destinadas às crianças.

No domínio das artes plásticas, estão programadas exposições de Anabela Paiva (escultura) na Galeria Arménio Losa, a que se segue uma mostra intitulada «Quadros da Coleção do Prof. Pina Cabral», no Museu da Quinta de Santiago, que inclui obras de Amadeo Souza Cardoso, Picasso, Pomar, Vieira da Silva e António Carneiro, entre outros.

Comemorações do 25 de Abril

O programa de actividades integra ainda um conjunto de iniciativas integradas nas comemorações do 25 de Abril, que inclui vários espectáculos populares com música de José Afonso e uma exposição sobre o poder local, que será visitada pelas escolas do concelho.

Penha de França

Helena Roseta participa em debate

A deputada socialista Helena Roseta vai participar no dia 20 de Março num debate subordinado ao tema «25 anos depois de Abril, que caminho para a igualdade?», que decorrerá no Salão Paroquial da Igreja da Penha de França, inserido no âmbito das comemorações do Dia Internacional da Mulher.



Participam ainda nesta iniciativa da Junta de Freguesia da Penha de França Odete Santos (PCP), Virgínia Estorninho (PSD) e um capitão de Abril.

Vila Real de S. António

Nova creche e jardim-de-infância

A Câmara Municipal de Vila Real de S. António tem aberto o concurso para a construção da nova creche e jardim-de-infância da cidade, obra onde a autarquia vai investir cerca de 90 mil contos (450 mil euros).



O novo equipamento ficará instalado na Urbanização das Laranjeiras, na sede do município, e terá capacidade para 25 crianças com idade até aos três anos e mais 100 crianças com idade compreendida entre os três e os seis anos, distribuídas por diversas salas de actividades com a área coberta.

Segundo António Murta, presidente da autarquia, esse projecto visa dar resposta aos anseios da população local e insere-se no âmbito da política social definida pelo actual Executivo camarário.

PS EM MOVIMENTO

AÇORES

Comunicado da Federação

A Comissão Permanente do PS/Açores lamenta, num comunicado, «os ataques absurdos que o líder do PSD nacional veio fazer aos Açores, ao querer dar lições de autonomia e ao referir-se ao presidente do Governo Regional e à governação legitimamente expressa nas últimas eleições regionais».

Isto explica-se, segundo o PS/Açores, «para quem numa linguagem de "fala-barato" está desesperado com as eleições europeias e legislativas nacionais, e se dá ao luxo de vir aos Açores dizer que agora é que defenderá os açorianos, quando do tempo de Cavaco Silva não de lhe conhece nenhuma defesa dos interesses do povo açoriano».

AVEIRO

Neto Brandão reeleito

O camarada Filipe Neto Brandão venceu as eleições para a Concelhia do PS/Aveiro obtendo 156 votos, enquanto o camarada José Gonçalves teve 77 votos.

Em declarações ao «Acção Socialista», o camarada José Gonçalves disse que «a votação obtida correspondeu às expectativas».

«Vamos participar activamente na Comissão Política e sinto-me satisfeito, já que a nossa mensagem da campanha eleitoral foi compreendida por muitos militantes», acrescentou. «Consolidar a vitória! Ganhar o futuro» foi o lema do advogado de Aveiro que no seu programa prometeu reestruturar a Comissão Política Concelhia com a adopção de «uma atitude pró-activa».

O camarada Neto Brandão sublinhou ainda que a sua vitória «é, sobretudo, o reconhecimento do trabalho desenvolvido ao longo deste período da história do partido com a tão almejada conquista da Câmara de Aveiro».

Apoio de históricos e autarcas

O camarada Neto Brandão teve o apoio de Costa e Melo, co-fundador do PS e resistente antifascista, Carlos Candal, militante histórico e eurodeputado, e de Joaquim Silveira, bem como dos vereadores socialistas da autarquia aveirense.

FRANÇA

Comunicado da Federação

O Secretariado da Federação do PS/França, num comunicado, «congratula-se pela postura, dignidade e transparência do XI Congresso Nacional em Portugal», considerando que a reunião magna do PS «permitiu acentuada afirmação da unidade do Partido na sua diversidade e contribuiu, pela qualidade e rigor dos debates, para um melhor esclarecimento do povo português da justa política levada a cabo pelo Governo nestes últimos três anos e meio, a qual deixou marcos históricos na sociedade portuguesa».

Como exemplos dos marcos históricos, o Secretariado da Federação do PS/França aponta, entre outros, «a implementação do ensino pré-primário, o rendimento mínimo garantido, as reformas diferenciadas, a institucionalização do Conselho das Comunidades Portuguesas eleito pela primeira vez por sufrágio universal, a única instância representativa dos portugueses residentes no estrangeiro».

Europeias e legislativas

Segundo refere no comunicado o Secretariado do PS/França, estão criadas as condições favoráveis para que todas as estruturas do nosso partido, tanto em Portugal continental como no estrangeiro, se empenhem, levando os portugueses a reforçar eleitoralmente o PS nas próximas eleições europeias e legislativas nacionais».

OEIRAS

Autarcas socialistas visitaram o PE

Autarcas socialistas de Oeiras (vereadores e deputados municipais, e presidentes de Juntas e Assembleias de Freguesia) visitaram recentemente o Parlamento Europeu (PE), a convite da eurodeputada socialista Elisa Damião e também vereadora da Câmara Municipal de Oeiras.

Durante três dias, os autarcas do PS de Oeiras visitaram em Bruxelas as instalações do PE, onde puderam recolher várias informações e assistir a uma sessão plenária. Do programa da visita constou ainda uma sessão de esclarecimento com os eurodeputados socialistas Carlos Lage, Elisa Damião e Quíndio Correia, os quais



abordaram questões prementes sobre a situação financeira europeia, social e laboral dos países membros, bem como a problemática das regiões periféricas.

Agenda 2000

Neste encontro foram, entretanto, abordadas questões relacionadas com a moeda única europeia e a «Agenda 2000».

A delegação dos autarcas do PS/Oeiras recebeu diversa documentação ilustrativa da actividade desenvolvida pelo PE.

Ao grupo de visitante de Oeiras juntaram-se outros dois, provenientes dos Açores e da Madeira.

O presidente dos socialistas portugueses no PE, Luís Marinho, foi o anfitrião incansável que se empenhou para que tudo corresse pelo melhor.

Estas iniciativas, visitas de autarcas às instâncias europeias, são essenciais para um melhor conhecimento dos diversos mecanismos de decisão existentes na Europa dos Quinze.

Mecanismos e entidades por onde passam grande parte das medidas que dizem directamente respeito aos cidadãos de cada Estado-membro da União Europeia.

Uma União Europeia que se quer um grande espaço de desenvolvimento e progresso, mantendo e reforçando o modelo de protecção social, e recusando o endeusamento do mercado proposto pelas forças neoliberais.

No fundo, uma União Europeia como grande espaço de paz e cidadania capaz de fazer a síntese entre desenvolvimento e justiça social.

RIO DE JANEIRO

Eleição do Secretariado

Com a presença de elevado número de militantes do PS do Rio de Janeiro, foi eleito o Secretariado da Secção em Assembleia Geral realizada recentemente na sede da Câmara Portuguesa de Comércio, e que foi presidida pela camarada Maria Helena Varela, militante oriunda do MÉS – Movimento de Esquerda Socialista e filiada no PS desde 1974.

A camarada Maria Helena Varela disse que o principal objectivo do PS/Rio de Janeiro é incentivar à participação de todos nas comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil, a par da instalação de secções de base do PS no Rio de Janeiro.

O camarada Rui Fernandes Andrade, secretário da Mesa e militante histórico do PS, defendeu formação de diferentes núcleos de filiados, que dentro em breve se transformarão em Secções.

O camarada Francisco José de Oliveira Nunes, eleito secretário-coordenador da Secção, na sua intervenção, agradeceu a todos os militantes que o ajudaram, ao longo dos dois últimos anos, a levar a cabo uma tarefa que, segundo sublinhou, «não só traz à superfície a realidade de Portugal de hoje, mas também de um Governo que mostra não ser impossível fomentar o desenvolvimento económico a par do desenvolvimento de políticas sociais».

O Secretariado do PS/Rio de Janeiro é composto pelos camaradas Francisco José de Oliveira Nunes, Joaquim Miguel da Silva Rodrigues, Maria de Fátima Silva, José Carlos Ribeiro Pereira, Alcina Fernandes Lopes machado e Carlos Anselmo dos Reis Ascensão.

A Mesa da Assembleia Geral é constituída pelos camaradas Maria Helena Varela, Paulo Marcos Dias Morgado e Rui Augusto Fernandes Andrade.

Eleições europeias

Seguro promete campanha pedagógica e informativa

A abstenção nas eleições europeias de 13 de Junho e o apelo à confiança dos portugueses são algumas das preocupações do Partido Socialista, afirmou no dia 6, em conferência de Imprensa realizada em Sintra, o camarada António José Seguro. O coordenador da Comissão Permanente do PS disse que «a campanha para as eleições europeias vai ser «pedagógica e informativa» para que as pessoas não tenham a ideia de que «a Europa está muito longe e as decisões lá tomadas não lhes dizem respeito».

O camarada António José Seguro lembrou o exemplo dos dois referendos realizados no ano passado, em que a abstenção foi muito elevada.

O apelo à confiança dos portugueses no projecto do PS, que o camarada António José Seguro classificou como tendo «bastante rigor social e que visa introduzir uma consolidação nas contas do País», é outro dos pontos da actuação do partido.

Este apelo vai também ser orientado para os «eleitores sem filiação partidária», «tanto à esquerda como à direita», sublinhou António José Seguro.

Os dois actos eleitorais deste ano, o encontro nacional de autarcas a realizar em Abril, as comemorações dos 26 anos do PS, partido de militantes e de projecto, e dos 25 anos do 25 de Abril, a revolução que pôs fim a um regime que mergulhou o País no subdesenvolvimento e no obscurantismo, fizeram parte da agenda da reunião entre a Comissão Permanente e os presidentes das federações nacionais do partido.

QUOTAS

Maria da Conceição Salavisa

A QUESTÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA

A participação das mulheres em cargos políticos é fraca, e não é só em Portugal que esta questão se coloca, mas em todo o mundo. Mas considerando apenas o que se passa a este nível nos países democráticos e desenvolvidos da Europa e mesmo nos EUA, onde com algumas diferenças, o acesso a cargos políticos ainda está longe de ser paritário, e em cargos cimeiros é quase nulo.

No entanto, em Portugal (realidade que aqui me interessa equacionar) somos dos países europeus onde menos mulheres participam em cargos políticos no geral...

Isto acontece, fundamentalmente, por condicionantes socioeconómicas, culturais ou de mentalidade que no nosso país se verificam ainda de forma mais acentuada do que na generalidade dos restantes países europeus...

Uma das razões determinantes desta realidade é o mito que se vem perpetuando já de muito longe, e se convencionou, de que as mulheres têm uma vocação inata para tratar dos trabalhos domésticos e dos filhos, e, portanto, isso lhes compete em exclusivo. Assim, elas em casa, e os homens na rua a ganhar o sustento... A verdade é que estes mitos se perpetuaram e continuam a ter muita força, ainda hoje, na realidade da mulher portuguesa. Por isso, as mulheres no geral, ainda hoje, assumem isto como quinhão que lhes cabe em exclusivo, e se têm de deixar a casa e os filhos para a participação política activa, sentem-se muito culpabilizadas e receosas de que se pense que não são boas donas-de-casa, boas mães e até boas esposas...

Acontece que o tempo das mulheres em casa, e os homens na rua, por força de mudanças, sobretudo ao nível das realidades socioeconómicas, as obrigaram a ter de sair do seu lar (num processo já sem retorno) para obterem um emprego, uma profissão remunerada.



Nestas condições, elas, na generalidade, acumulam hoje o «stress» a que o homem está sujeito na sua profissão ou carreira, com as tarefas domésticas e as responsabilidades, tarefas e cuidados com os filhos.

Isto, porque os homens da nossa geração, assim como os das próximas gerações, não foram e ainda não estão a ser educados, para colaborar, ou mesmo substituir, se necessário, a mulher nestas tarefas e responsabilidades.

Portanto, daqui se infere que na generalidade das famílias portuguesas não existe igualdade de oportunidades entre o homem e a mulher, logo essa igualdade também não existe para fazer qualquer carreira, incluindo a política, em circunstâncias de real igualdade de oportunidades.

É óbvio, que neste contexto de «stress», preocupações e responsabilidades acumuladas a que a mulher portuguesa ainda está sujeita, é impensável restar-lhe energia e disposição para a participação política.

Mas, a problemática da fraca participação política e da igualdade de oportunidades en-

tre homens e mulheres põe-se, essencialmente, como uma questão de justiça, não apenas pelo que se deduz do que já foi dito, mas também porque fundamentalmente só as mulheres com boas condições económicas ou sem encargos familiares (que por conseguinte podem pagar a pessoas minimamente competentes para as substituir nas tarefas domésticas e preocupações com os filhos) têm condições de aspirar a uma carreira política em igualdade de circunstâncias com o homem.

Já para não falar nos casos mais extremos, que, no entanto, não devem ser tão raros em Portugal, de o homem se sentir muito inseguro por a mulher ter de sair muitas vezes à noite, para participar nas actividades políticas, e elas a fim de não desestabilizar o seu casamento abdicam da sua participação.

Existem ainda razões de outra ordem, mas considero no fundamental que estas são as principais causas explicativas da fraca participação e empenho da mulher portue-

sa numa carreira política.

Noutra ordem de considerações, temos que disto resulta existir nos partidos uma percentagem em número muito mais elevada de homens a participarem na política activa, e, por conseguinte, a candidatarem-se a uma carreira política do que comparativamente, com o número mais reduzido das mulheres nas mesmas circunstâncias. E, por conseguinte, por eles estarem em maior número, é de admitir, que nesta maior quantidade também se encontre um número maior em qualidade e competência para assumir cargos políticos por parte dos homens, do que comparativamente com a muito menor quantidade de mulheres se possa verificar. Por esta razão, a quota dos 25 por cento de mulheres que o PS propôs à Assembleia da República para aprovação, deve corresponder proporcionalmente à quantidade de militantes homens e mulheres que militam activamente no partido. No entanto, parece-me dever existir nos partidos mais mulheres competentes para o exercício de cargos políticos, do que as que actualmente existem a ocupá-los.

Mas, o que me cumpre aqui frisar a este respeito, é que, de qualquer forma, esta proposta das quotas para as mulheres, pensada e feita pelo nosso partido, demonstra uma preocupação de justiça, pois que de uma questão de justiça se trata, o que, só por si, é de apoiar sem reservas. Teve também o inegável mérito de pôr a Assembleia da República, os partidos, e o País, através dos órgãos de Comunicação Social, a tomarem consciência das causas da não existência de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, no acesso à participação política e ocupação de cargos políticos em Portugal.

E isso, só por si, é mais do que suficiente, para que os homens e mulheres do nosso partido se sintam orgulhosos por essa preocupação e iniciativa ter partido de nós.

AUTARQUIAS

João Lourival

POR QUE NÃO A BISCA LAMBIDA?!...

Confesso que, mau grado aquilo que considero um percurso político degenerescente, sempre tive alguma simpatia, e muito respeito, pelo doutor Vieira de Carvalho. É inegável a sua acção à frente da Câmara da nossa vizinha Maia, numa caminhada com início no tempo da «outra senhora», renovada à sombra do CDS e, ao sabor dos ventos cavaquistas, laureadas em flor de laranjeira. Vieira de Carvalho alia à sua inefabilidade um matemático «low profile», raramente entrando em polémicas ou sain-

do à estacada nos conflitos políticos. Daí não ser considerado uma «figura nacional» do seu actual partido, o PSD, sendo contudo uma personalidade consensual e respeitada. Só que, de quando em vez, o presidente maiota quebra o inteligente recato e toca de mandar para os *media* umas borjardas políticas, bem ao gosto dos seus parceiros do jogo em que, dizem, é verdadeiro mestre, a «sueca». Foi o caso da última entrevista concebida no passado domingo ao «JN». Esquecendo-se de que a «sueca», como mandam as regras, deve ser jogada por...

mudos, o «professor» dileto do jornalista Rui Cartaxana resolveu vergastar o governo socialista e, com pouco escondido pudor, o grande campeão da democracia portuguesa, Mário Soares. Ao mesmo tempo que colocou num pedestal (argiloso?...) a ex-ministra da Saúde Leonor Beza!... Nos entretantos destas jactâncias, um «nim» sobre a encarniçada luta de galos entre Filipe Meneses e Valentim Loureiro.

Pois, pois, no meio é que está a virtude!... Não aprofundando as «razões» adiantadas por Vieira de Carvalho para as esquirlas

contra a esquerda, o panegírico à direita e o neutralismo galispinho, apetece apenas perguntar: que fez o actual presidente da Junta Metropolitana do Porto enquanto seu líder há um ano e tal?... A região começa a sentir muitas saudades das iniciativas de Fernando Gomes e Narciso Miranda. Porque não pedir uma boleia?... A humildade fica bem em democracia, mesmo que esta tenha «regressado», como o edil insinuou, a... 1976. Oh senhor doutor Vieira de Carvalho, não me leve a mal mas, em vez da «sueca», que tal especializar-se na bisca lambida?...



IDEOLOGIA

Edmundo Pedro*



COMUNISTAS: A CONFUSÃO ENTRE O IDEAL E O REAL

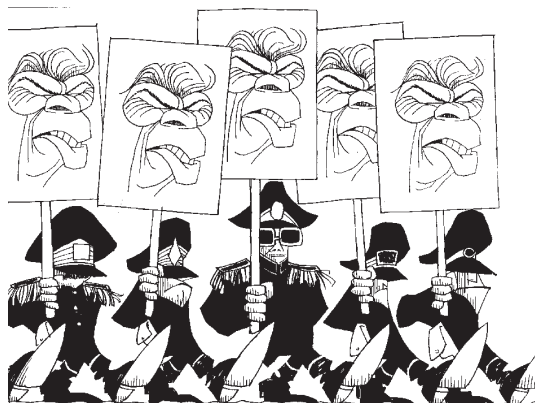
A contradição entre o projecto teórico e a realidade concreta (durante longo tempo dissimulada) explica a razão que levou milhões de pessoas a acreditarem na superioridade do projecto de transformação do mundo proposto pelo movimento comunista.

Induzido por essa distorção daltonica - que só me permitia ver os aspectos (aparentemente) positivos da realidade soviética - empenhei-me na tarefa vã de transformar o mundo (para infinitamente melhor, entendesse) por essa via. Eram tão profundas as minhas convicções que me parecia que só por razões de sórdidos interesses de classe (ou por ignorância) a maioria das pessoas não se dispunha a lutar pelo advento do modelo de sociedade que emergira na URSS. Como disse Domingos Lopes (e bem) no *Expresso* de 30/1/99, a «opção exigia coragem. Havia enormes riscos. A opção era a mais pura escolha humana, em termos político-ideológicos. As consequências da acção levavam quase inevitavelmente a muitos sacrifícios. Apesar de tudo, a honestidade intelectual e a coerência na vida eram valores bem mais elevados que os sacrifícios».

Essa «corajosa opção» levou-me a cumprir, aos 15 anos, um ano de cadeia - e implicou a minha deportação para o Tarráfal aos 17. Quando finalmente fui libertado, aos 27 anos, tinha passado 11 nas cadeias do regime.

Para os jovens comunistas do meu tempo, na URSS fora erradica para sempre a maldição que acompanhara o Homem desde a sua emergência como ser social: a vergonhosa exploração mútua.

O país dos soviéticos convertera-se para nós no farol que guiaria os nossos passos ao longo de um caminho difícil, mas irreversível e seguro, que nos conduziria, infalivelmente, a uma sociedade de abundância e liberdade - a uma sociedade de verdadeira justiça para todos, em particular para os deserdados de sempre. A luta por um tão



nobre objectivo justificava todos os sacrifícios pessoais.

A implosão do sistema soviético, que caiu de podre em consequência das suas clamorosas contradições, deu uma trágica resposta às esperançosas expectativas que alimentara durante dezenas de anos. O sistema a que a nossa imaginação, alimentada por um embuste sistematicamente organizado, atribuiu os mais altos parâmetros de realização humana transformou-se no país onde, «com excepção dos mafiosos, dos altos funcionários e dos novos-ricos, ninguém está livre de cair na mais extrema pobreza e de sofrer todas as misérias humanas (implícitas nas terapias de choque neoliberais a que o sujeitaram), designadamente a morte por falta de medicamentos, de comida ou de calor» (Alfredo Barroso, in *Expresso* de 30/1/99).

É certo que essa terapia de choque agravou a trágica situação herdada do sistema soviético. Mas não foi esse sistema que preparou toda esta incomensurável calamidade humana? Os mafiosos e os novos-ricos

que hoje dominam a sociedade russa surgiram ali de repente? Cairam do céu? Onde estão os dirigentes que se propunham atingir, em 1980, a sociedade comunista - como anunciara Kruchov na década de 50?

A verdade é que eles constituem hoje, como ontem, a «numenklatura» da sociedade russa: integram a nata dos novos-ricos e dos mafiosos. Antes, os administradores, designados pelo Partido-Estado, eram donos, «de facto», das empresas - embora não «de jure». (O critério para a distribuição da «mais-valia» era o seu critério, ou seja, o da nova classe - critério a que os trabalhadores que a geravam eram completamente alheios.) A única diferença que distingue a actual da antiga sociedade reside na circunstância de que os anteriores dirigentes (que, no essencial, continuam a ser os mesmos, visto que só eles acumularam meios de pagamento) passaram a sê-lo, também, «de jure», ou seja, acabaram por acrescentar ao anterior estatuto a cobertura jurídica da posse inquestionável!

Um simples dado, de terrível e iniludível sig-

nificado, chega para caracterizar a calamidade humana a que conduziu o sistema soviético: antes da derrocada da URSS, a esperança de vida, para a generalidade dos seus cidadãos, era muito inferior à dos portugueses (cerca de 10 anos menos!) - situação que agora se agravou. Este é o mais insofismável indicador do baixíssimo nível social dos ex-cidadãos soviéticos! Nenhum malabarismo verbal conseguirá iludir o sentido desta dramática realidade.

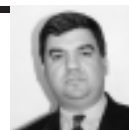
O ideal comunista (que «correspondia aos anseios mais profundos da justiça, da liberdade, da democracia e da igualdade entre os homens», como Domingos Lopes evoca naquele artigo) só serviu para encobrir, durante dezenas de anos, a trágica realidade de um sistema que se configurou, na versão prática, como a mais radical negação dos valores teoricamente proclamados.

Domingos Lopes acusa os ex-comunistas que aderiram recentemente ao PS (nomeadamente Veiga de Oliveira, de quem, aliás, não recebi procuração...) de serem movidos por baixas razões. Ora Veiga de Oliveira provou, durante longos anos, a sua militância desinteressada. Trata-se de um insulto gratuito. Que Domingos Lopes não reconheça aquilo que se mete pelos olhos dentro só prova uma coisa: a sua limitada capacidade de análise ou a sua total alienação (a distorção daltonica, que atrás evoquei - de cujos efeitos eu próprio fui vítima - explica, de resto, esse fenómeno...). Domingos Lopes não tem o direito de atribuir baixas intenções aos que fizeram uma opção ditada, exactamente (ao contrário do que ele sustenta), pela «honestidade intelectual» e pelo rigor que essa honestidade implica - rigor que não permite mistificações, ou seja, a abusiva confusão entre o real e o ideal. O que é moral e intelectualmente chocante é que a Utopia comunista (a mais nobre aspiração da Humanidade) continue a servir de cobertura a práticas de sinal exactamente contrário.

*Dirigente histórico do PS. In «Expresso»

PARLAMENTO EUROPEU

Jorge Santos*



O REGRESSO DE UM LUTADOR

As grandes causas precisam de grandes homens. No momento certo. Os portugueses, como agora se diz, não são nunca indiferentes para o resultado final, para a evolução das sociedades.

A causa europeia (e as causas de Portugal no Velho Continente) motivam Mário Soares e disponibilizam o grande lutador para uma batalha à sua medida, à medida da sua participação política internacion-

nal.

Com isso, só temos motivos para regozijo: o regresso de Soares à luta política não se fará, como é óbvio, no registo da luta partidária e interna.

(Embora assumida com clareza a sua condição de socialista de sempre e essa decisão tem evidentes consequências), mas sim no campo mais largo das encruzilhadas da Europa de hoje. Uma Europa que, chegou até ao momento da moeda única

(passo fundamental) mas que ameaça estagnar e até regredir, incapaz de assumir o avanço para a solidariedade interna, a coesão social e o alargamento - desafios que como é sabido, Mário Soares considera imprescindíveis. Eis o que bastaria para justificar a posição actual do ex-Chefe de Estado, cuja experiência, saber e capacidade de influência pode ampliar, no Parlamento Europeu, a força da razão europeia e os seus ideais. Acusam políti-

cos portugueses não entenderem, assim é pena. Vemos Paulo Portas, confesso anti-europeu agora moderado pela conjuntura, arremeter contra o gesto de Soares, incapaz de perceber o essencial: mas convirá esclarecer as questões: qual é o pensamento europeu de Portas e, já agora, AD - onde as contradições nesta matéria são mais que muitas. Urge tornar claras as opções.

*Comissão Política do PS de Gondomar

ÚLTIMA COLUNA

Joel Hasse Ferreira



OS INQUÉRITOS

Numa das Comissões de Inquérito parlamentares em funcionamento, procurou grande parte dos deputados das oposições extrair conclusões condenatórias da actuação do Governo da República, sem qualquer base jurídica ou legal sólida. O que procurou a maioria dos deputados da direita foi enlamear gestores, empresários, quadros de empresas e membros do Governo, para gradualmente inculcar na opinião pública a ideia de que existem conluios político-económicos e favorecimentos do Governo a grupos económicos. Periodicamente, os deputados comunistas dão cobertura a acusações desses tipo; de vez em quando, abstêm-se ou rejeitam-nas. É essa a concepção que têm tido da independência política...

Estou, no entanto, convicto (ou, pelo menos, esperançado) de que na Comissão Parlamentar de Inquérito à JAE não se venham a formar, nem de modo consolidado nem de maneira episódica, tais aberrantes coligações negativas contra o Governo, o PSD e a verdade dos factos.

Entretanto, o relatório do deputado Moura e Silva sobre a política energética e a substituição de gestores apresentado na Comis-

são de Inquérito aos actos do actual Governo peca, nas suas propostas de conclusão por um conjunto de vacuidades e de afirmações infundamentadas pretensamente conclusivas que não prestigiam a instituição parlamentar. Se já o objecto de inquérito era absurdo, quanto às conclusões desviam-se claramente do que se pretendia averiguar, do que um inquérito deveria apurar.

A maior transparência conseguida pela abertura sistemática (salvo casos excepcionais) da comunicação social, contrastando com a política que a anterior maioria parlamentar procurou aplicar, tendo aspectos muito positivos, poderá ter (e tem vindo a ter) uma consequência perversa. A transformação de boa parte das sessões das Comissões Parlamentares de Inquérito, em *shows* mediáticos se pode, por um lado, acelerar a velocidade de propagação de factos e comentários, por outro, aumenta a dimensão espectacular da política nesta área, que deveria ser tão ponderada e equilibrada, na busca da verdade e do apuramento de responsabilidades.

Na Comissão de Inquérito que está a averiguar alguns actos do Governo PSD, tem-se evidenciado um conjunto significativo de actos ilegítimos, ilegalidades e diversas irre-

gularidades eventualmente praticadas por governantes do PSD ou com a sua complicidade: O Presidente da Comissão, deputado Guilherme Silva, treinado no sistema popular-democrático-madeirense tem procurado, ora com habilidade (que não se nega) ora com truculência (indesmentível), minimizar o desgaste sobre o Governo do PSD, evidenciado nos trabalhos dessa Comissão.

O funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito nesta legislatura nomeadamente as três em funcionamento e a que analisou o aval à UGT (a que eu presidi) sem esquecermos a ressuscitada (em 6ª edição) Comissão Parlamentar de Inquérito de Camarate devem-nos obrigar a uma reflexão profunda que conduza a um aperfeiçoamento dos métodos de trabalho na próxima legislatura. Embora a razão de fundo dos aspectos negativos, condicionantes do trabalho das Comissões Parlamentares de Inquérito radique na estratégia da actual direcção laranja que combate abaixo da cintura (na terminologia do boxe), incapaz de fazer propostas sérias que resolvam os problemas dos portugueses. A lama substitui a alternativa. É a AD no impasse estratégico ou no beco dos mal-afamados.

«A consolidação da coesão económica e social da União Europeia é indissociável da afirmação da competitividade da economia europeia no espaço global e do reforço do próprio protagonismo político da União no mundo.»

António Vitorino
Expresso, 6 de Março

«Um dos últimos cineastas de culto da América (Stanley Kubrick) morre quando a arte em que acreditou perde cada vez mais o seu lugar sagrado, o seu espaço e tempo de religação.»

João Bénard da Costa

«No fundo, todos aqueles que, pelo menos uma vez na vida, tiveram de engolir um elefante político chamado Mário Soares e julgaram que ele nunca mais voltaria a engasgá-los juntaram provisoriamente os trapinhos numa união de facto e começaram a tossir convulsivamente numa grande pigarreira política.»

Alfredo Barroso
Expresso, 6 de Março

«Pode ser que a mal resolvida relação com o nó da gravata seja apenas uma forma de a vida nos chamar a atenção para a nossa pueril fragilidade perante coisas tão absurdamente simples, tão singelamente fúteis e tão destemperadamente necessárias como a gravata.»

António Mega Ferreira
Público, 8 de Março



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.	
Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.	
Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vaso, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz